



CUT BRASIL
Confederação Nacional do Ramo Químico

IV PLENÁRIA NACIONAL

**Desenvolvimento Sustentável, Alternativas
Energéticas, Valorização do Trabalho e da
Vida Humana**

CADERNO DE TEXTOS

Índice

Texto 1 – Da direção da CNQ

a) Conjuntura Internacional _____	04
b) Conjuntura Nacional _____	10
c) Conjuntura Setorial _____	14
d) Balanço da Gestão _____	19
e) Estrutura e Organização Sindical _____	35
f) Por um projeto de desenvolvimento sustentável e de valorização da vida humana ____	40
g) Mulher Trabalhadora _____	45
h) Juventude Trabalhadora _____	49
i) Redução da Jornada de Trabalho _____	54
j) Aposentados e Pensionistas _____	55
k) OLT _____	56
l) Saúde e Meio-ambiente _____	59
m) Questão Racial _____	62
n) Transgênicos _____	63
o) Formação Sindical e Política _____	64
p) Por uma nova lei do petróleo _____	65
q) A necessidade de alternativas de comunicação para os movimentos sociais ____	66
r) Plano de Lutas _____	68

Texto 2 – Da Esquerda Marxista

a) Conjuntura _____	81
b) Plano de Lutas _____	90

**TEXTOS DA DIREÇÃO
DA CNQ/CUT**

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Estimam-se em US\$ 4 trilhões os recursos transferidos dos cofres públicos para o sistema financeiro, considerando que o PIB mundial é de US\$ 55 trilhões, estes recursos representam 7% da economia real mundial. Há, na crise que eclodiu em setembro de 2008, no mínimo, duas versões. A primeira reduz a uma crise financeira nos países desenvolvidos com reflexos nos países em desenvolvimento e que tem como causa a avareza do capital financeiro, enquanto que a dimensão social da crise é praticamente ignorada. A segunda visão, da qual compartilhamos, identifica a crise atual como sistêmica e que precisa ser analisada sob várias dimensões: política, econômica, ambiental, energética, climática, alimentícia, financeira. Portanto, trata-se de uma crise que marca o esgotamento de um modelo de globalização neoliberal que se manteve hegemônico por mais de 20 anos.

A gravidade da crise já pode ser medida pela estimativa de redução do PIB mundial para este ano de 2009 de (0,5%), é o pior resultado desde a segunda guerra mundial e as previsões é de que se estenda para todas as regiões do mundo, inclusive a China. Em termos de emprego a OIT já anunciava no início de 2009 uma redução para este ano de 51 milhões de postos de trabalho. Se essa previsão se confirmar elevava para 230 milhões de pessoas que não terão emprego até o final do ano no mundo, ante 190 milhões em 2008. Se considerada apenas a América Latina, até 23 milhões de pessoas viverão sem emprego até o final de 2009. Para os países não desenvolvidos, os fluxos internacionais de crédito foram praticamente interrompidos, com queda estimada para 2009 de quase 1,2 trilhão para menos de 200 bilhões de dólares.

A intensificação da turbulência financeira a partir de setembro de 2008 revelou o seu caráter sistêmico. Embora o início da crise estivesse localizado nos países desenvolvidos, ela rapidamente se estendeu para os demais países. Não restam dúvidas de que a crescente fragilidade financeira do sistema está associada ao padrão de crescimento global insustentável que se configurou nos primeiros anos deste novo milênio. Este padrão de crescimento está baseado, grande parte, em uma forte demanda de bens de consumo da

economia americana estimulada pelo crédito fácil.

Tanto a crescente desregulamentação financeira quanto a proliferação de novos instrumentos financeiros formaram uma acumulação massiva de ativos financeiros sustentada em crescentes níveis de endividamento das famílias, corporações e governos. Portanto, o que sustenta os elevados gastos com consumo americano não é a renda disponível, mas o acesso ao crédito através do endividamento das famílias, este modelo não é apenas insustentável como é impossível de ser replicado para o resto do mundo.

Trata-se de uma crise anunciada, mas o que não se dimensionava era o seu poder avassalador. Entre 2006 e 2007 o aumento dos preços das matérias primas eram indícios de excesso de demanda mundial, junto com a especulação.

A crise teve um grande impacto sobre os mercados de matérias primas, com grandes conseqüências para os países em desenvolvimento. Os preços das commodities estiveram sujeitos a uma altíssima volatilidade em 2008. Entretanto, com a chegada da crise ocorreu uma mudança de tendência. Os preços do petróleo caíram mais de 60% desde seu ponto máximo de julho a novembro. Os preços de outros bens primários, incluindo os grãos, caíram de maneira significativa. Há uma estimativa de que estas tendências se acentuem na medida em que a demanda global continue em queda.

Do ponto de vista da composição dos interesses no interior do Estado americano, por exemplo, segundo Belluzzo, houve importantes alterações na política econômica entre os anos 1970 e 1980. Em resposta às ameaças à hegemonia do dólar e associadas à recuperação do predomínio da alta finança, foram impulsionadas mudanças às quais são uns dos fatores que determinaram os movimentos de internacionalização financeira. Ao apagar das luzes dos anos 1970, por meio de elevação sem precedentes nas taxas de juros, os EUA buscaram resgatar a supremacia do dólar como moeda-reserva, questão vital para manter sua liderança do sistema financeiro e bancário, no âmbito da concorrência mundial. A partir de então, as políticas econômicas dos demais países tiveram que se submeter aos mandamentos do dólar forte. O cenário econômico mundial do último quarto do século XX foi caracterizado, por um

lado, pela expansão das atividades financeiras e pela livre especulação internacional, o que consolidou um processo de valorização rápida do capital-dinheiro (globalização financeira); por outro, pela intensificação da competição intercapitalista e pela concentração do capital produtivo mundial (globalização produtiva).

Portanto, o descolamento das finanças do processo produtivo e a produção da demanda provocaram prejuízos inegáveis em termos de emprego e renda. O enquadramento neoliberal do Estado permitiu a maior monopolização das forças econômicas e financeiras privadas a tal ponto que atualmente 50% do produto mundial é governado por não mais de 500 corporações globais. Documentos do próprio FMI avaliavam que a expansão do sistema financeiro superou de longe o crescimento da economia real durante as últimas décadas.

Neste sentido, a crise atual coloca em questionamento o receituário até então adotado e abre a possibilidade concreta de se reconstruir uma alternativa a hegemonia do pensamento único.

A crise econômica atual dissemina-se num mundo integrado e subordinado à lógica de funcionamento as forças de mercado. O avançado grau de internacionalização da economia sofre importante abalo por decorrência da crise questionando as principais forças privadas que sustentam a globalização

De maneira geral, percebe-se que o Estado reaparece como elemento central do enfrentamento à turbulência mundial. Na seqüência das medidas estatais adotadas para salvar empresas financeiras e não-financeiras insolventes e para compensar parcialmente a queda no consumo ganham maiores destaques às intervenções de caráter protecionista.

O comércio mundial já havia apresentado uma desaceleração em 2008 comparativamente ao ano de 2007 de 6,4% para 4,3%. Essa redução é devida principalmente à queda das importações americanas. As importações americanas representam 15% do volume global.

A principal economia mundial já enfrentava uma situação crítica anterior à eclosão da crise; sistema financeiro falido parte de sua infraestrutura já se encontrava sucateada e a outra totalmente obsoleta, sistema de seguro de saúde que não dá cobertura suficiente e adequada à população. O nível de

emprego recuou 3,7% entre abril de 2008 e março de 2009 e um quadro de recessão aberta com possibilidades de aprofundar-se.

Em face deste diagnóstico as principais medidas adotadas pelo presidente recém eleito têm o objetivo de atacar em várias frentes, financeira, fiscal, investimento público, infraestrutura e políticas sociais ativas. As principais prioridades definidas em termos de canalização de recursos são: renúncia fiscal, programa na área de saúde e os gastos em infraestrutura.

No entanto, nas medidas adotadas pelo conjunto dos países se constata uma tendência protecionista. Ao lançar o pacote de US\$ 787 bilhões para socorrer a economia norte-americana, o presidente americano inclui uma medida que obriga as empresas que se beneficiarem com a ajuda a comprar apenas de fornecedores norte-americanos. Em nível mundial há uma tensão protecionista, motivada pela preocupação dos governantes em defender os empregos.

Com a fragmentação em curso da economia global, a dinâmica geográfica deve assumir novo patamar com estruturas de hegemonias regionalizadas. A América Latina está diante de uma grande oportunidade, avançar em um projeto de desenvolvimento justo e sustentável, uma vez que a crise atual é expressão da queda de um sistema que não conseguiu cumprir com as suas promessas de inserção no mundo globalizado.

As expectativas de crescimento médio do OIT para a América Latina tornaram-se negativos para 2009, embora no Brasil as estimativas do governo ainda sejam ligeiramente positivas. A resistência da América Latina a esta crise parece ser maior do que na crise da dívida externa de 1982-83 quando todos os países estavam fortemente endividados e não resistiram ao fechamento do crédito internacional que ocorreu a partes dos choques simultâneos de petróleo e de juros em final de 1978. A maioria dos países da região tem hoje reservas internacionais importantes e os seus governos não se encontram endividados no exterior. No caso do Brasil, as reservas de quase US\$ 200 bilhões têm permitido inclusive financiar as exportações e rolar parte da dívida externa do setor privado nacional. Quase todos os países tendem também a adotar políticas anticíclicas praticadas nos demais países, desenvolvidos e emergentes, basicamente as políticas monetárias, creditícias e fiscais internas.

Em todas as iniciativas de como enfrentar essa situação não há uma palavra no sentido de limitar suas ações ou controlá-las a partir de uma nova perspectiva e do interesse comum. Os esquemas de poder que geraram essa crise, assim como, a desigualdade, a pobreza e o comprometimento ambiental se mantêm intactos e em alguma medida, inclusive, fortalecidos.

As conseqüências sociais da crise já podem ser identificadas pelo aumento da pobreza. A desigualdade se acentua no mundo, os 20% mais ricos se apropriam de 80% da renda e os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6% da renda.

Com a crise neoliberal é necessário que se construa uma nova institucionalidade orientada para a construção de uma outra sociedade, com novos padrões de produção e consumo.

A análise dos últimos acontecimentos permite identificar um movimento de parte do grande capital que, preocupado em substituir o modelo falido, anuncia que uma nova ordem capitalista está em formação. Aos poucos, esse grupo formado por personalidades políticas, capitalistas e economistas, vai definindo a proposta que busca evitar a reversão da globalização.

Entre as propostas tem-se a busca de um crescimento da economia com redução das desigualdades sociais, políticas que visem enfrentar o unilateralismo e reformar as instituições e os acordos multilaterais, liquidar o Acordo Comercial de Direitos de Propriedade Intelectual, cancelar ou reduzir a dívida dos países em desenvolvimento, promover com massivos investimentos os objetivos de desenvolvimento do milênio da ONU, promover uma “revolução verde”, garantindo maior sustentabilidade ambiental.

Como contraponto a este quadro o Fórum Social Mundial apontou algumas prioridades de luta, como um novo paradigma produtivo baseado na sustentabilidade do uso dos recursos naturais, a inclusão dos direitos econômicos, sociais e culturais em todos os espaços reivindicatórios, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o direito dos territórios para as comunidades indígenas e tradicionais, e um investimento massivo no trabalho de formação política das bases sociais, entre outros. O colapso do modelo neoliberal deve contribuir na organização de um novo patamar de lutas

sociais.

Ao longo dos últimos anos, foi se fortalecendo na América Latina uma visão crítica ao neoliberalismo. De forma geral, isso se deu a partir da constituição de um movimento anti-globalização que, no caso das Américas, teve como expressões coletivas mais fortes o processo de constituição do Fórum Social Mundial (FSM) e a Campanha contra a ALCA e os Tratados de Livre comércio. Essa resistência, que se expressou também na alteração da conjuntura em diversos países, resultou em eleições de presidentes considerados progressistas, mesmo que entre eles existam muitas diferenças de posições, além de diferenças nos processos políticos de cada país. Ainda assim, essa conjuntura de possibilidades fortalece os movimentos de resistência nesses países.

A crise permitiu que vários temas estratégicos fossem para o centro do debate, como é o caso da infraestrutura, energia e financiamento. Entre as várias proposições dos governos latino-americanos está à criação de um fundo de desenvolvimento que financie obras de infraestrutura em regiões menos desenvolvidas em relação a outras regiões da América do Sul. Neste sentido a proposta de criação do Banco do Sul como possibilidade para superação da dependência das instituições financeiras internacionais, como o FMI, além de atuar no sentido de reduzir as assimetrias na região. A formação do Banco do Sul e suas características estão em processo de debate.

CONJUNTURA NACIONAL

A crise atingiu nossa economia em seu melhor momento nos últimos 12 anos. No acumulado entre 2002 e 2008 a economia cresceu em média 3,5% ao ano. Nos últimos três anos a taxa média de crescimento foi de 4,5%, resultado superior à expansão média verificada entre 1995 e 2002 de 2,3% ao ano.

O mercado interno vem ganhando força com a ampliação do consumo e a participação do crédito na economia. O volume de crédito disponível em relação ao PIB era 22% e saltou para 38,0% em agosto de 2008. O consumo das famílias no segundo trimestre de 2008 apresentou uma taxa de expansão de 7,0%.

Além disso, temos a desaceleração dos índices inflacionários até 2007 e a geração de superávits na balança comercial e expressivo acúmulo de reservas internacionais. As reservas internacionais até setembro de 2008 somavam US\$ 206,5 bilhões e a balança comercial (exportação – importação) registrava um saldo positivo de US\$ 19,7 bilhões. O saldo da balança comercial em 2006 foi de US\$ 45,6 bilhões.

Entretanto, a dependência de capitais externos voláteis e de Investimentos Diretos Externos (IDE) para financiar a balança de pagamentos, continua elevada. O Brasil possui reservas cambiais elevadas, no entanto, se avalia em US\$ 600 bilhões de dólares o montante das aplicações estrangeiras de curto prazo no país.

A livre circulação mundial do capital financeiro (globalização financeira), com o único objetivo da valorização patrimonial, tornou-se de tal maneira predominante e hegemônica nas últimas três décadas que perdeu a nacionalidade e passou a se movimentar para países centrais ou periféricos, desde que garante maior rentabilidade.

Outro aspecto negativo é a possibilidade de redução dos investimentos em infraestrutura, decorrentes da perda na capacidade de arrecadação pública, diante de uma redução nas expectativas de crescimento econômico. O setor da construção civil projeta um encolhimento de 34% para 2009. Trata-se de um segmento fundamental para a expansão econômica, uma redução tem reflexos

diretos em diversos segmentos, como a indústria de tintas, cimento, madeira entre outros.

As commodities representam 35% das exportações brasileiras. Como reação a crise financeira os preços destas matérias-primas caíram, a economia mais lenta reduz a demanda por commodities, a oferta fica grande, elevando os estoques, e os preços caem. Os exportadores de commodities são altamente dependentes de crédito com a escassez de recursos fora do país a solução para as empresas seria solicitar empréstimos dentro do país, mas a oferta de crédito dos bancos é pequena para muita demanda de financiamento.

Entretanto, o Brasil está entre os países que se encontra em melhor situação na América Latina, apresenta margens para reduzir, tanto em relação às taxas de juros, quanto para propor incentivos fiscais para determinados setores econômicos, o que lhe permite maiores incentivos pelos meios tradicionais. O superávit primário de 3,8% acaba de ser reduzido. A dívida interna é mais baixa das últimas décadas e deve continuar baixa se as taxas de juros continuarem caindo acentuadamente durante o ano, dadas as expectativas favoráveis de inflação e câmbio.

Os resultados econômicos dos três primeiros meses de 2009 indicam que as medidas de enfrentamento à crise estão no caminho correto. O desempenho do Brasil só foi inferior a sete¹ outros países nestes três primeiros meses de 2009. Com uma retração de 0,8% em comparação com os três primeiros meses de 2008, a economia brasileira ficou abaixo do esperado pela maioria dos analistas que previam um cenário mais catastrófico.

Os indicadores sociais apontam para uma redução da pobreza, das desigualdades entre brasileiros e da desocupação. Ao mesmo tempo, aumenta a formalização do trabalho e a mobilidade social. Pelo segundo ano, o Brasil figura no quadro de países de alto desenvolvimento humano.

A participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas e dos programas de governo ampliou a democracia e criou um novo conceito de governabilidade social. Nestes últimos anos observa-se uma ampliação dos

¹ Somente Indonésia, Austrália, Coréia do Sul, Polônia, Chile, Canadá e Noruega tiveram resultado de PIB melhor que o Brasil.

canais de diálogo com os movimentos sociais e dos espaços de participação social e de consulta popular. Entretanto, é necessário que se aprimorem os canais de participação e decisão popular, além da transparência do uso dos recursos públicos é necessário que a sociedade participe da destinação dos recursos, especialmente nas áreas de políticas sociais como saúde e educação.

O programa bolsa família criado em outubro de 2003 é um programa de transferência de renda condicionada que concede benefícios financeiros às famílias pobres e extremamente pobres do país. O recebimento dos benefícios é vinculado ao cumprimento de compromissos assumidos nas áreas de educação, saúde, e assistência social. O programa bolsa família que atende 11 milhões de famílias ampliou-se para 13 milhões em 2009 com a alteração do limite de renda de R\$ 120,00 para R\$ 137,00.

A redução da taxa Selic tende a estimular a atividade econômica ao consolidar a queda das taxas de juros de longo prazo, reduz custos de captação dos bancos e tende a diminuir o spread bancário, além, disso a taxa de juros menores estimula o consumo.

A partir de 2000, tem início a retomada da criação de emprego como reflexo da aceleração do ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Até 2007 foram mais de 8,5 milhões de empregos criados, sendo que mais de 6 milhões foram gerados a partir de 2004. Este crescimento ocorre após anos de baixo dinamismo do mercado de trabalho.

O crescimento médio anual entre 2002-2007 foi de 4,9% entre os homens e de 5,1% entre as mulheres. Entre os empregos sem carteira também ocorreu, para o mesmo período, crescimento, porém de menor magnitude de 0,5% ao ano para os homens e de 2,5% entre as mulheres.

A retomada do crescimento de postos de trabalho formal pode ser atribuída a dois fatores: o bom desempenho da atividade econômica que cresceu em média 3,5% ao ano nestes últimos seis anos e de uma maior formalização dos vínculos empregatícios. A taxa de desemprego dos assalariados caiu de 16,9% em setembro de 2003 para 9,8% em setembro de 2008.

O acirramento da crise nos mercados internacionais atingiu o Brasil através de seus efeitos sobre o crédito e o comércio internacional. A desaceleração da economia brasileira atingiu principalmente o setor industrial, entre outubro e março de 2009 foram eliminados mais de 700 mil postos de trabalho formais. Entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009 ocorreu uma queda de 6% no emprego na indústria de transformação e de 4,4% na construção civil. A desaceleração da economia já provocou expressiva redução do emprego formal, principalmente o emprego das grandes indústrias.

Do ponto de vista do mercado de trabalho nos últimos anos se verificou um crescimento dos vínculos formais, valorização do salário mínimo de 67% entre 2003 e 2009 fundamentais para a ampliação do mercado de trabalho assalariado, entretanto, o quadro de rotatividade se mantém elevado, aproximadamente 63% dos desligados tem mais de um ano no serviço.

As medidas adotadas pelo governo para enfrentar a crise financeira têm o objetivo de sustentar a oferta de crédito e manter os investimentos e emprego. Contempla desonerações tributárias, aumento de recursos destinados ao crédito, redução de juros e manutenção de investimentos produtivos e sociais.

Entretanto, ainda são necessários muitos avanços entre eles está a urgência de definição de uma nova lei do petróleo que acabe com os leilões e crie um fundo social soberano para gerir as riquezas do pré-sal.

Além disso, precisamos aprofundar a natureza democrática do sistema através do fortalecimento das instituições políticas. Neste sentido, é fundamental viabilizar a reforma política para que se possa garantir uma nova organização dos poderes e do sistema político eleitoral, como o financiamento público de campanhas, fidelidade partidária e votação em lista.

CONJUNTURA SETORIAL

O impacto da crise sobre o ramo químico está se dando de maneira bastante diferenciada. Enquanto que em alguns segmentos a crise não afetou o seu comportamento como a indústria farmacêutica e cosmética, em outros segmentos o impacto foi significativo, especialmente entre os que dependem das importações de insumos e matérias-primas como a indústria de fertilizantes e a indústria química. Em outros segmentos como a indústria plástica e de borracha se percebe um comportamento que acompanha os movimentos da indústria automotiva, um dos setores mais afetados pela crise em decorrência da escassez de crédito para financiamento.

O ramo químico embora não esteja na ponta da cadeia de produção também foi impactado pela escassez de crédito, pela elevação dos preços dos insumos importados, bem como pelas decisões de suas matrizes que diante da crise definem pela continuidade ou não de determinadas plantas produtivas.

O consumo aparente (produção + importações – exportações) de produtos químicos, ainda que sustentado em sua maior parte pelas importações, vinha crescendo até outubro de 2008, os efeitos da crise produziram uma queda do consumo aparente de 3,4%. O faturamento do segmento para uso industrial foi de US\$ 61,2 bilhões, cresceu 6,7% em 2008 e representou 50% do total do faturamento de toda a indústria química brasileira, incluídos os produtos farmacêuticos, de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, fertilizantes, tintas, sabões e detergentes. No conjunto, o faturamento da indústria química brasileira alcançou US\$ 122 bilhões, cerca de R\$ 222,3 bilhões. O déficit da balança comercial brasileira de produtos químicos, mesmo com a queda do consumo no final do ano, atingiu US\$ 23,2 bilhões. Antes da crise os projetos de investimento em implantação ou em estudos no setor totalizavam, até 2013, mais de US\$ 22 bilhões.

O volume das importações de produtos químicos aumentou 5,7% em abril em relação ao mês de março deste ano. De janeiro a abril de 2009 houve queda das importações de 44,5% em volume e 23,1% em valor, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. As exportações se mantiveram praticamente no mesmo patamar de março, com pequeno recuo de 2,7%. Nos primeiros

quatro meses deste ano as exportações caíram 19,3% em relação ao mesmo período de 2008. No entanto, o volume das vendas apresenta no acumulado do ano um aumento de 19,2% ante o mesmo período do ano passado.

O déficit da balança comercial é 25,5% menor do que o déficit apurado nos primeiros quatro meses do ano passado. As compras de intermediários para fertilizantes, que foram o principal item da pauta de importações químicas em 2008, registraram uma queda de 73% no acumulado deste ano. As resinas termoplásticas foram o principal item das exportações, com vendas de US\$ 484,3 milhões no período.

Os produtos químicos representavam 19,8% do total das importações em 2007. O déficit na balança comercial brasileira de produtos químicos chegou a US\$ 18,2 bilhões no ano de 2008. A desvalorização do câmbio tem impacto direto na indústria química. Este setor é altamente dependente da importação de insumos e matérias-primas para as indústrias químicas, farmacêuticas e de fertilizantes.

A elevação dos preços dos insumos pressiona os custos de produção, as empresas têm duas alternativas: repassar estes custos para a cadeia ou absorvê-los correndo o risco de reduzir sua rentabilidade. Não é difícil imaginar qual a opção das empresas.

As empresas que se endividaram em dólares tiveram suas dívidas elevadas e muitas na tentativa de saldar antes que a moeda se desvalorizasse mais pressionaram a cotação pelo aumento da demanda por moeda estrangeira.

Algumas empresas, diante da redução de crédito disponível e as incertezas em relação aos desdobramentos da crise, adiaram projetos de investimento para 2009. As multinacionais, pressionadas pelas suas matrizes, já promoveram ajustes como forma de atenuar os efeitos da crise em seus balanços.

No setor de celulose e papel os preços caíram dos atuais US\$ 700/800 a tonelada para uma faixa entre US\$ 350 e US\$ 400 a tonelada.

Algumas empresas do setor já anunciaram decisões de adiar planos de expansão. A pressão sobre as cotações de preço leva alguns exportadores a segurar com tentativa de valorizar o preço, a queda dos preços é

conseqüência da dificuldade de obter crédito para exportar.

Mas sem dúvida são as perdas de várias empresas do setor com os derivativos de câmbio que representam um verdadeiro escândalo. O que leva as empresas a saírem da sua atividade principal que é a produção de bens e serviços para se aventurarem em operações de alto risco com a única finalidade de obterem maiores ganhos especulando com a taxa de câmbio, além da ganância. Não satisfeitas com o lucro obtido através das operações produtivas, especulam com a moeda com a finalidade de engordar ainda mais os seus cofres.

A indústria de celulose brasileira de certa forma se beneficiou com a crise uma vez que os custos de produção são os menores do mundo e mesmo com a queda dos preços no mercado internacional as margens de lucro são elevadas o que a torna mais competitiva mundialmente.

Entretanto, é a indústria farmacêutica que continua apresentando os melhores resultados econômicos. Em 2008 a produção física cresceu 11,8% e nos primeiros quatro meses de 2009 acumula um resultado positivo de 8,6% comparado a igual período do ano anterior.

Tabela 1 – indicadores de produção industrial

Setor/Segmento	2008	Janeiro/abril 2009
Total da indústria	3,1	-14,7
Indústria de transformação	3,1	-14,7
Celulose, papel e produtos de papel	5,2	-5,3
Refino de petróleo e álcool	0,4	-1,9
Farmacêutica	12,7	8,6
Perfumaria, sabões e produtos de limpeza	-4,7	-2,9
Outros produtos químicos	-1,4	-18,3
Borracha e Plástico	2,2	-20,5

Fonte: IBGE

Comportamento do emprego diante da crise

O Brasil nos últimos anos vinha tendo expressivo crescimento econômico, queda no desemprego e crescimento da formalização dos vínculos de trabalho. Entre 2002 e 2007 o emprego formal entre as mulheres cresceu 31%, enquanto que entre os homens o crescimento para o mesmo período foi de 29%.

Além disso, observam-se mudanças significativas no emprego de uma forma geral, em 2002 do total da PEA – população economicamente ativa (empregados + desempregados), 59,2% eram homens e 41,8% mulheres, em 2007 as mulheres passaram para 43,6% e os homens 56,4%. A retomada do crescimento econômico contribuiu positivamente para que as mulheres saíssem de uma condição de inatividade para se incorporar ao mercado de trabalho.

Também entre os/as ocupados/as cresceu a participação das mulheres que passaram 40,7% em 2002 para 42,3% em 2007, enquanto que a participação masculina sofreu um pequeno revés de 59,3% para 57,7%.

Do ponto de vista do mundo do trabalho a crise internacional interrompeu um período de recuperação do mercado de trabalho em que os resultados eram bastante favoráveis. Entre outubro de 2008 a março de 2009 a crise produziu um saldo negativo de 692.117 postos de trabalho, as mulheres representam 7% deste saldo. Entretanto, quando se analisam os dados de desligamento, temos 34% de mulheres e 66% de homens.

Os setores indústrias foram os mais afetados, neste universo as mulheres representam apenas 5,7% entre o total de trabalhadores formais, o que explica o impacto da crise ter atingido primeiramente o emprego masculino.

Entretanto, quando se analisam os dados comparativamente ao mesmo período do ano anterior² percebe-se que a dispensa entre as mulheres foi mais acentuada do que entre os homens. Enquanto que a dispensa cresceu 20% entre as mulheres, entre os homens o percentual foi de 17%, ou seja, em termos de variação as mulheres foram mais afetadas pela onda de demissões que vem ocorrendo desde outubro de 2008.

² Entre outubro de 2007 e março de 2008.

Entre 2002 e 2007 o emprego no ramo químico cresceu em 60% para os homens e 62% para as mulheres. Entre os associados ao sindicato identificou-se um crescimento de 54% entre os homens e de 59% entre as mulheres. Entre outubro e março de 2009 ocorreu uma perda de 30.694 postos de trabalho, destes 22.549 são de homens e 8.145 de mulheres, sendo 136.519 desligados e 105.825 admitidos. No mesmo período do ano anterior os resultados foram: 128.033 admitidos e 117.510 desligados, o saldo positivo foi de 10.523 postos de trabalho., o crescimento dos desligados entre os homens foi de 15% e entre as mulheres 19%. No setor de celulose e papel o número de desligados entre outubro e março de 2009 foi de 43.967, contra 38.415 no ano anterior, o crescimento foi de 14% para os homens e de 19% para as mulheres.

BALANÇO DA GESTÃO – PERÍODO 2007/2009

A atual gestão iniciou-se no início do segundo semestre de 2007, sob os impactos da reeleição do governo Lula, o que trouxe grandes desafios para os movimentos sociais em especial para os trabalhadores.

Foi neste cenário que se deram as campanhas salariais dos segmentos que compõem o ramo químico nos anos de 2007 e meados de 2008, onde as negociações apontaram para acordos com ganhos, recuperação de perdas e conquistas para os trabalhadores e trabalhadoras.

O segundo semestre de 2008, foi marcado pela eclosão da atual crise econômica global, onde mesmo que timidamente no primeiro momento apareciam os primeiros sinais da crise no Brasil.

No primeiro semestre de 2009, pode se sentir mais claramente os efeitos da crise econômica nos segmentos econômicos que compõem o ramo, com a desaceleração econômica e a ampliação dos níveis de desemprego. O setor patronal se aproveitando desta conjuntura, voltaram a pautar nas negociações temas “velhos conhecidos” do movimento sindical e dos trabalhadores como a redução da jornada com redução de salários e o banco de horas.

Apesar disso, as campanhas salariais apesar de exigir muita competência e criatividade por parte das equipes negociadoras e grande envolvimento dos trabalhadores e trabalhadoras, foram positivas, garantindo avanços com acordos acima dos índices de inflação e não aceitando a retirada ou flexibilização de direitos.

Frente a esta conjuntura, apresentamos o seguinte balanço da atuação política da direção da CNQ/CUT:

Coordenação Geral:

Neste mandato, a Coordenação Geral da CNQ/CUT vem cumprindo um importante papel, pois, tem se firmado como efetivo elo de ligação entre as diversas secretarias que compõem a direção, garantindo assim uma forte integração do trabalho sindical e uma conseqüente aproximação com os sindicatos do ramo. Esta estratégia tem garantido a continuidade dos

trabalhos de forma articulada, fortalecendo prioritariamente nestes quase dois anos de mandato a relação e aproximação com os Sindicatos do Ramo das regiões Norte/Nordeste, Sudeste II (Rio de Janeiro) e Sul (Rio Grande do Sul).

Coube à Coordenação Geral dar continuidade a uma série de políticas que já vinham se desenhando e implementar várias outras, que ampliaram o campo de ação, representatividade e organização sindical.

Dando cumprimento a deliberação do último Congresso, a Coordenação Geral da CNQ, tem priorizado sua participação nos debates sobre a reorganização sindical do Ramo, buscando contribuir com o debate sobre a construção de um novo modelo de organização sindical para os sindicatos que compõem o ramo.

A Coordenação Geral tem juntamente com as demais secretarias da CNQ, tem garantido o estreitamento das relações sindicais e de cooperação com entidades como o Solidarity Center da AFLCIO no Brasil e com a Ildes/FES – Fundação Friedrich Herbert e CUT Nacional, através do projeto CUTMULT, na realização de atividades específicas e estudos nas seguintes temáticas: Gênero e Raça, Juventude, Formação Sindical, Eleições Sindicais, OLT, Terceirização, Saúde e Segurança, Redes de Trabalhadores, etc.,

Outro avanço neste mandato é o fortalecimento das relações com a CUT Nacional, em especial com a SNO - Secretaria Nacional de Organização, participando juntamente com a assessoria do GT sobre terceirização e outros grupos de trabalho, o que tem possibilitado que a CNQ participe tanto da formulação de políticas como do planejamento e da execução de atividades.

Secretaria de Organização:

A Secretaria de Organização vem cumprindo um papel importante neste mandato, pois, através dela temos fortalecido, solidificado e ampliado nossas relações com as outras instâncias da CUT, garantindo assim um melhor acompanhamento e participação por parte da direção da CNQ nas atividades chamadas pela CUT.

À secretaria de Organização coube o papel de organizar as atividades gerais da CNQ, de promover o diálogo sobre as demandas específicas dos setores e

das lutas gerais dos trabalhadores, dando funcionalidade e estrutura.

A secretaria de organização tem acompanhado e apoiado a realização de encontros de Redes de Trabalhadores do Ramo Químico e vem participando ativamente das políticas determinadas CUT Nacional no que se refere ao fortalecimento e integração sindical no Mercosul.

Outro papel importante desta secretaria é a busca do aprimoramento de uma comunicação mais eficiente entre a direção da CNQ e com os Sindicatos do ramo.

Secretaria de Finanças e Administração:

A estruturação da sede própria e a adequação sua estrutura as necessidades da direção, tem sido um dos principais desafios desta secretaria. O objetivo é garantir um melhor atendimento das demandas tanto da direção como dos sindicatos filiados .

Para tanto, se fez necessário um amplo processo de estruturação organizacional e de planificação da questão financeira, bem como o eficiente acompanhamento do plano de contas, para alcançar o equilíbrio de finanças e despesas, equilíbrio este que tem sido fundamental para que cada secretaria possa planejar e realizar suas ações e atividades, demonstrando assim grande seriedade na condução das finanças da CNQ/CUT.

Outra questão importante a destacar é que a Secretaria de Finanças juntamente com outras secretarias da CNQ tem se esforçado na captação de recursos através de parcerias com entidades para a realização de atividades e programas formativos.

Secretaria de Relações Internacionais:

A Secretaria de Relações Internacionais da CNQ-CUT tem participado em parceria com a Secretaria de Relações Internacionais da CUT de diversos encontros entre representantes sindicais de varias empresas multinacionais.

Participa do Projeto “Ações Frente as Multinacionais” com parceria entre a CUT

e a Central Sindical Holandesa – FNV. O projeto CUTMULT tem propiciado a realização de atividades formativas sobre os instrumentos internacionais existentes, e a realização de encontros objetivando a ampliação de Redes de Trabalhadores nas Empresas Multinacionais, além de promover intercâmbios com os sindicatos de trabalhadores no seu países de origem.

O trabalho desenvolvido nas multinacionais do Ramo Químico tem recebido suporte do Instituto Observatório Social da CUT e ICEM.

O Observatório social vem observando empresas multinacionais em relação aos direitos básicos dos trabalhadores, contemplados nas convenções internacionais da OIT, além de produzir relatórios, estudos, assessorias, seminários, intercâmbios, informações através de publicações impressas ou via Internet e outros projetos de redes de informação e banco de dados, através do Projeto Conexão Sindical.

Neste mandato a Secretaria de Relações internacionais tem dado continuidade as parcerias com as instituições sindicais internacionais, como o Centro de Solidariedade da AFLCIO no Brasil e com o ILDES/FES, objetivando a capacitação dos dirigentes sindicais da CNQ/CUT e do ramo.

Destacamos, nesse período, a presença da CNQ na organização internacional ICEM (Federação Internacional de Sindicatos Químicos, Energia, Minas e Industriais Diversas), que tem como presidente regional um membro da direção da CNQ, além de projetos de cooperação internacional em várias áreas, a CNQ teve atuação destacada na ICEM, em um dos temas eleitos como prioridade internacional, que é a terceirização.

A secretaria realizou em parceria com o projeto CUTMULT e outros parceiros, o Encontro Nacional de Redes de Trabalhadores em 2008, da qual participaram representantes de 11 empresas em que estão sendo gestadas as experiências do trabalho em redes, sendo que a rede de trabalhadores já está consolidada nas seguintes empresas: BASF, BAYER, AKZO, LANXESS/PETROFLEX. Foram realizados também após esta atividade, encontros específicos das diversas redes.

No âmbito internacional, tem dado continuidade ao trabalho de intercâmbio com interlocutores internacionais, mantendo principalmente um canal de

diálogo com a ICEM –Federação Internacional da Química e Energia e na implementação de Redes de Trabalhadores.

Nesta gestão houve um importante fortalecimento do papel da CNQ junto à ICEM através das atividades e projetos desenvolvidos.

Secretaria de Formação Sindical:

A Secretaria de Formação Sindical e Organização no Local de Trabalho realizou em parceria com as Secretarias Regionais, o programa FORMAQUIM – Programa de Formação do Ramo Químico no estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Realizou em parceria com a Secretaria de Gênero, o programa FormaquiMulher em SP, Rio de Janeiro e Bahia.

Realizou em parceria com a Secretaria de Saúde da CNQ, da FETQUIM e dos Sindicatos dos Químicos do ABC e SP, o curso Formaquim Saúde, bem como, a execução do curso sobre Negociação Coletiva nos estados de SP, Paraná e Rio de Janeiro.

A Secretaria de Formação em parceria com a Secretaria de Políticas Sociais vem fortalecendo o “Coletivo Nacional de Políticas para a Juventude da CNQ”, bem como, tem incentivado a criação de coletivos de juventude nos diversos sindicatos, e dando cumprimento a deliberação do último congresso, que recomendou a intensificação do trabalho sindical junto a juventude, está previsto para o segundo semestre de 2009 a realização de curso Formaquim Juventude, que será específico para a juventude trabalhadora do ramo.

Secretaria de Política Sindical:

A Secretaria de Política Sindical vem neste mandato, participando ativamente do processo de debate sobre a reorganização sindical do ramo químico. Como parte da estratégia de fortalecimento e futura legalização da CNQ, tem fomentado a criação de Federações por categorias nas diversas regiões representadas pela CNQ, bem como, acompanhado os processos eleitorais

para renovação das diretorias dos sindicatos do Ramo filiados a CUT e das oposições sindicais reconhecidas.

Um grande desafio da Secretaria de Política Sindical neste mandato é a construção de um banco de dados na CNQ com informações dos sindicatos dos setores e oposições sindicais que compõem o ramo, pois, o mesmo será de fundamental importância para que possamos armar as nossas ações através das informações concretas dos sindicatos.

Um dos maiores entraves a criação do banco de dados é a morosidade de envio de informações pelos sindicatos filiados.

Secretaria de Políticas Sociais:

A Secretaria de Políticas Sociais da CNQ realizou também em parceria com Secretaria de Formação da CNQ, atividades do programa de formação política para Jovens Trabalhadores do Ramo Químico, fortalecendo assim o Coletivo Nacional de Juventude da CNQ, estimulando e orientando a realização de seminários regionais sobre Juventude em SP (Regionais Sudeste I, Sudeste II e Regional Sul e Bahia (Regional Norte/Nordeste).

Tem também orientado os sindicatos do ramo a criarem coletivos de juventude nas diversas categorias e a aprofundarem o debate sobre o tema juventude com objetivo de refletir sobre a prática sindical e estabelecer novas formas de abordagem junto a juventude das diversas categorias.

A Secretaria de Políticas Sociais orientou a realização em parceria com o Centro de Solidariedade da AFLCIO no Brasil de pesquisa sobre a juventude do Ramo Químico, transformando os resultados desta pesquisa em uma publicação, que foi lançada no Seminário Nacional de Juventude realizado em setembro de 2008. A secretaria também esteve presente nas atividades formativas chamadas pela CUT sobre as temáticas inerente as políticas sociais.

Secretaria de Imprensa e Comunicação:

A Secretaria de Imprensa e Comunicação priorizou neste mandato a reformulação da política de comunicação da CNQ/CUT, com objetivo de aproximar ainda mais a confederação dos sindicatos filiados.

Realizou a reformulação total da home-page da CNQ, com objetivo de tornar mais ágil o fluxo de informações para os sindicatos filiados, utilizando-a como ferramenta e canal de divulgação e intensificação de contato com os sindicatos do ramo e também deu continuidade a produção do boletim eletrônico semanal.

Secretaria de Saúde e Meio-ambiente:

A Secretaria de Saúde e Meio-ambiente participou neste mandato de inúmeras atividades dentre as quais destacamos o Seminário Internacional de Segurança Química, realizado pela ICEM em parceria com a Fundacentro, onde contribuiu na formulação de políticas de estado para tratar do tema no Brasil.

Tem participado ativamente, defendendo as propostas do Ramo Químico, nos seguintes fóruns institucionais:

- **Coletivo Nacional de Saúde e Meio-ambiente da CUT;**
- **CONASQ** – Comissão Nacional de Segurança Química;
- **CNPBz** – Comissão Nacional Permanente do Benzeno;
- **ConCer** – Comissão de Certificação do Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos – IBP;
- **CPN** – Comissão Permanente de Negociação (Convenção de Prensas Injetoras).
- **GTT da NR 20** – Grupo de trabalho tripartite que debate sobre inflamáveis líquidos e gases.
- **GTT da NR 13** – Grupo de trabalho que debate sobre caldeiras e vasos de pressão.
- **GT sobre acidentes químicos ampliados** – Convenção 174 da OIT.

As atividades da Secretaria de Saúde foram pautadas principalmente no

sentido de criar estrutura formal na CNQ, envolvendo todos os sindicatos que compõem o ramo, para tratar as questões de saúde e meio ambiente.

A estratégia de trabalho foi fundamentada principalmente na constituição do Coletivo de Saúde e Meio Ambiente do Ramo Químico, ferramenta fundamental para o enfrentamento cotidiano contra a violência no trabalho. Para tanto, foram desenvolvidas ações como seminários, oficinas e reuniões de trabalho voltadas à formação de dirigentes sindicais.

Realizou em fevereiro de 2009, em parceria com o projeto Vida Viva, o Fórum de Intervenção Sindical em Manaus sobre: Convenção de Prensas Injetoras.

Teve também participação ativa no ato em memória das vítimas e acidentes de trabalho, que culminou em formulação de alterações para a lei 8.213 que trata dos benefícios previdenciários.

Realizou em abril 2008, em parceria com a Federação dos Químicos do RJ, um Seminário sobre Aposentadoria Especial e sobre NTE – Nexo Causal Epidemiológico.

Consolidou ainda parceria da CNQ – Secretaria de Saúde com o programa Vida Viva para capacitação de representantes sindicais em Redes de Trabalhadores do Ramo Químico sobre: Pesquisa Participativa, sendo que já o primeiro processo de capacitação foi realizado em maio passado com os representantes sindicais da Rede AKZO.

Secretaria de Relações de Gênero:

A Secretaria de Relações de Gênero, realizou no ano de 2007 e 2008, juntamente com a Secretaria de Formação Sindical o programa Formaquimulher no estado de São Paulo e na Bahia

A Secretaria apresentou em 2008 um projeto para a Fundação Friedrich Ebert de capacitação de mulheres nos temas de negociação coletiva a partir de uma pesquisa que será desenvolvida no ramo sobre a percepção das mulheres em relação as suas condições de trabalho. A realização da pesquisa e os resultados serão divulgados ainda em 2009. Para o ano de 2010 serão realizadas atividades regionais para difusão dos resultados com vistas a fortalecer o tema de gênero nos processos de negociação coletiva.

No âmbito das campanhas salariais do setor químico, plástico e farmacêutico a Secretaria de Gênero tem contribuído na formulação de cláusulas para as pautas de reivindicações baseada na campanha: Igualdade de Oportunidades no trabalho, na vida e no movimento sindical desenvolvida pela SNMT/CUT. Além disso, a secretaria tem participado ativamente do coletivo de gênero da SNMT/CUT e representado a Secretaria Nacional em diversos eventos e seminários organizados pelas parcerias, assim como vem contribuindo na elaboração dos materiais produzidos pela SNMT/CUT.

Um dos aspectos que dificulta o trabalho em âmbito nacional é a ausência de coletivos organizados na maioria dos sindicatos, além disso, depara-se com a baixa presença de mulheres nas instâncias de direção das entidades sindicais.

Secretarias Regionais e Setoriais:

As Secretarias Regionais tem possibilitado juntamente com as Secretarias setoriais por segmento produtivo que compõe o Ramo Químico, o fortalecimento da CNQ nas regiões e categorias e também possibilitado uma melhor articulação das ações e das lutas.

Estas Secretarias tem propiciado também uma maior integração com as demais secretarias da CNQ, garantindo assim uma atuação conjunta e coesa, e uma maior interação e otimização de recursos humanos, financeiros e materiais.

Foram realizadas pelas Secretarias Setoriais e Regionais, diversas atividades formativas e/ou organizativas, seminários e debates, neste mandato inclusive no âmbito da organização das campanhas salariais ou reivindicatórias.

As diversas secretarias regionais e setoriais realizaram também neste mandato, diversas atividades de caráter político/ formativo.

Secretaria Regional Sudeste I

A Secretaria Regional Sudeste I da CNQ-CUT neste mandato centrou suas ações no acompanhamento das campanhas salariais dos setores Químico, Farmacêutico, Papel e Vidros.

As campanhas de 2008 foram precedidas de muita expectativa para os trabalhadores, os resultados das campanhas salariais do primeiro semestre eram favoráveis, diferentemente das campanhas do segundo semestre, já que a crise afetou de forma diferente cada um dos setores econômicos, no entanto, apesar das dificuldades encontradas, todas as categorias fecharam acordos com índices maiores que a inflação.

É importante destacar que a FETQUIM - Federação dos Trabalhadores Químicos de São Paulo, a partir de 2007 passou a organizar oficialmente as campanhas salariais dos setores químico e farmacêutico do Estado de São Paulo.

Outra questão que demandou esforços da secretaria foi o grande número de eleições sindicais que aconteceram neste período, todas com resultados favoráveis aos trabalhadores. Vale lembrar que a FETQUIM tem dado toda a sustentação política e estrutural para a Oposição Química de São José dos Campos, com objetivo de ampliar a representação CUTista no Estado de SP.

A regional também se fez presente nas ações chamadas pela CUT, sendo assim, avaliamos que a atuação da Secretaria Regional Sudeste I, fortaleceu as ações da CNQ-CUT.

Secretaria Regional Sudeste II

A Secretaria Regional Sudeste II da CNQ-CUT neste mandato, centrou suas ações no acompanhamento das eleições sindicais dos sindicatos do ramo no estado.

A secretaria buscou acompanhar juntamente com a Federação dos Químicos do RJ o desenvolvimento das campanhas salariais dos setores que compõem o ramo.

Além disso, a regional fez-se presente em inúmeras ações chamadas pela CUT, contribuindo para a consolidação da CNQ.

Secretaria Regional Norte/ Nordeste

A Secretaria Regional Norte/Nordeste da CNQCUT, teve, entre todos os desafios, de enfrentar a dimensão regional da sua representação.

A coordenação buscou dar continuidade aos trabalhos em andamento e organizar atividades na região com objetivo de fortalecer a CNQ e a CUT.

A secretaria procurou também, apesar dos limites geográficos, acompanhar as campanhas salariais e reivindicatórias, buscando propiciar um diálogo entre os sindicatos da Regional Norte/Nordeste.

Realizamos também em Salvador, através da parceria com as demais secretarias da CNQ, o Seminário do setor Petroquímico, o Seminário de Redes de Trabalhadores, e o Encontro de Juventude.

Acompanhamos a eleição para renovação da direção do Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia, da Borracha da Bahia apoiando a chapa de oposição, do Sindicato dos Plásticos de Manaus e dos Químicos de Pernambuco.

Além disso, a regional fez-se presente em inúmeras ações chamadas pela CUT, contribuindo apesar das dificuldades, para a consolidação da CNQ.

Secretaria Regional Sul

O balanço da Secretaria Regional Sul, neste mandato indica avanços e desafios. Avanços no que se refere à consolidação de um espaço político e organizativo importante para a construção do projeto da CNQ de se enraizar nacionalmente, mantendo estreita relação com a os sindicatos de base.

Desafio de ultrapassar os limites do Rio Grande do Sul e ampliar a atuação política também nos outros estados que compõem a regional, bem como criar a Federação dos Químicos CUTistas do RS.

A Regional Sul buscou implementar uma dinâmica de funcionamento que garantisse um maior estreitamento de relações com os sindicatos da regional, no entanto, apesar deste esforço, alguns sindicatos por motivos que independeram das ações realizadas pela CNQ tomaram a decisão de desfiliarse da CUT, que somada a derrota da chapa CUTista na eleição do Sindipetro e da chapa de oposição dos Plásticos de Joinville, diminuíram sensivelmente a representação da CNQ na região.

Apesar destes problemas, a regional buscando romper com o corporativismo e o isolamento dos sindicatos do ramo vem estimulando a organização de campanhas salariais conjuntas dos seguintes sindicatos: Sindipolo RS, Químicos de Gravataí, Químicos de Monte Negro e Borracha de São Leopoldo, tendo como objetivo central é a unificação das pautas de reivindicações e das datas-base.

Iniciativas importantes no campo da formação também foram desenvolvidas neste mandato, como a realização em 2008 do programa Formaquim e em 2009 do programa Formaquim Negociação no Paraná, buscando propiciar uma maior visão sobre a diversidade dos setores que compõem o ramo químico e ao mesmo tempo uma melhor compreensão sobre o que os une, renovando as energias daqueles que há muitos anos atuam no movimento.

Além disso, a regional fez-se presente em inúmeras ações chamadas pela CUT, contribuindo apesar das dificuldades, para a consolidação da CNQ.

Setorial Plástico e Borracha

A retomada da participação CNQ/CUT na FUTINAL (Federação Latino-Americana dos Trabalhadores em Borracha), teve um refluxo com a saída da CUT dos sindicatos ligados a Corrente Sindical Classista. Apesar deste fato, a delegação CUTista participou ativamente da reformulação do estatuto da FUTINAL, tornando-o mais democrático e propondo a criação de secretarias para otimizar seu funcionamento, garantindo assim a representação política da CNQ na FUTINAL.

Com objetivo de ampliar os conhecimentos sobre o setor, a secretaria solicitou

a ICEM parceria para a realização de uma pesquisa sobre os impactos da terceirização no setor da borracha.

Há também expectativa de retomada do Planseq Plástico para o segundo semestre de 2009. Caso se consolide esta expectativa será importante envolver o setor em nível nacional na execução deste programa.

Outro debate que exigirá da CNQ um firme posicionamento, será a questão da proibição ou não da utilização de sacolas plásticas, dado os impactos para o meio- ambiente. Neste sentido, propomos a realização de um Seminário Nacional para debater o tema, pois, independente da nossa posição de defesa do meio-ambiente, cabe também a nos movimento sindical a representação sindical dos trabalhadores deste segmento econômico.

Setorial Petróleo e Petroquímica

A Secretaria Setorial Petróleo e Petroquímica neste mandato acompanhou prioritariamente o desenrolar da campanha salarial e também da PLR do setor.

Deu também atenção especial as eleições para renovação das direções sindicais dos sindicatos do setor em nível nacional.

No último período tem participando junto com a FUP na luta em defesa do sistema Petrobras e da soberania nacional.

Além disso, a secretaria fez-se presente em inúmeras ações chamadas pela CUT, contribuindo para a consolidação da CNQ.

Setorial Farmacêutico

A Secretaria Setorial Farmacêutico neste mandato acompanhou prioritariamente o desenrolar da campanha salarial do setor.

É importante destacar que a FETQUIM - Federação dos Trabalhadores Químicos de São Paulo, a partir de 2007 passou a organizar oficialmente as campanhas salariais dos setores químico e farmacêutico do Estado de São Paulo.

Especialmente nas campanhas do setor em SP algumas conquistas consolidaram avanços já que está previsto a composição de grupos de trabalho bipartites (entre sindicatos de trabalhadores e patronal) para debater temas de interesse dos trabalhadores.

Além disso, a secretaria fez-se presente em inúmeras ações chamadas pela CUT, contribuindo para a consolidação da CNQ.

Setorial Papel, Papelão, Artefatos de Papel e Celulose

A Secretaria Setorial neste mandato acompanhou prioritariamente o desenrolar das campanhas salariais do setor.

É importante destacar que as campanhas salariais são realizadas por segmento, o que multiplica o número de campanhas por entidade sindical, dificultando ainda mais a questão da unidade, já que cada segmento tem sua data-base específica.

A atuação em nível nacional se dá em parceria com o SINAP – Sindicato Nacional dos Papeleiros, na busca de dar respostas aos sindicatos.

A secretaria acompanhou também os processos de eleições para renovação das direções sindicais de sindicatos do setor, onde contabilizamos importantes vitórias.

Além disso, a secretaria fez-se presente em inúmeras ações chamadas pela CUT, contribuindo para a consolidação da CNQ.

Setorial vidros e Cerâmica

A Secretaria Setorial neste mandato acompanhou prioritariamente o desenrolar das campanhas salariais do setor.

É importante destacar que as campanhas salariais são realizadas por segmento e por estado, o que multiplica o número de campanhas por entidade sindical, dificultando ainda mais a questão da unidade, já que cada segmento tem sua data-base específica.

A secretaria acompanhou também os processos de eleições para renovação das direções sindicais de sindicatos do setor, onde contabilizamos importantes vitórias.

Setorial Químico

A Secretaria Setorial Química neste mandato acompanhou prioritariamente o desenrolar das campanhas salariais do setor.

É importante destacar que no caso do Estado de SP, a FETQUIM - Federação dos Trabalhadores Químicos de São Paulo, a partir de 2007 passou a organizar oficialmente as campanhas salariais dos setores químico e farmacêutico do Estado de São Paulo.

Especialmente nas campanhas do setor algumas conquistas consolidaram avanços importantes para os trabalhadores.

Além disso, a secretaria fez-se presente em inúmeras ações chamadas pela CUT, contribuindo para a consolidação da CNQ.

Setorial Especial do Setor Mineral

Dando cumprimento as deliberações do último congresso, a criação da secretaria especial de Minérios teve como objetivo central buscar uma maior aproximação entre os setores Químico e Mineral, objetivando a realização de ações conjuntas para construir as bases para uma real unificação entre CNQ e CNTSM no futuro.

A importância desta unificação se dá pelo fortalecimento das duas entidades, pela ampliação do conceito de ramo, pela afinidade das condições de trabalho e, fundamentalmente, pelas possibilidades de criar condições mais favoráveis aos trabalhadores, especialmente no que se refere às condições de saúde no trabalho.

Apesar da importância do debate, poucas ações foram realizadas na prática, neste sentido, é importante que este congresso debata e delibere sobre a questão, dada a importância da ampliação da representação do ramo.

A Secretaria Especial do Setor Mineral neste mandato acompanhou prioritariamente o desenrolar das campanhas salariais do setor.

Conclusão:

Apesar do balanço ser positivo é importante ressaltar que temos encontrado muitas dificuldades para implementar na integralidade as ações e propostas aprovadas no nosso último congresso, uma vez que há que se reconhecer os limitadores impostos pela dimensão e distribuição geo-política do ramo químico em nível nacional, das limitações de origem financeira e de questões que demandam convencimento político.

Salientamos ainda a necessidade de buscarmos intensificar cada vez mais nossas ações para que possamos integrar de forma efetiva os segmentos que compõem o ramo químico no trabalho do dia-a-dia.

É imperativo criar políticas efetivas de consolidação do ramo, definindo prioridades e buscando estreitar as relações com os diversos segmentos que formam a CNQ.

É necessário também realizar um debate sobre as diversas experiências de OLT existentes, para definir claramente qual o modelo de OLT que melhor atende as especificidades do ramo.

No que se refere ao tema “organização sindical do ramo”, é necessário definir o modelo de organização sindical a ser implementado criando assim as bases para a ampliação da representatividade da CNQ, a implantação de organizações nos locais de trabalho e a ampliação dos índices de sindicalização.

Outra questão importante é a implantação de políticas de gênero e juventude.

Tudo isso certamente exigirá de todos nós um grande esforço para que possamos de fato consolidar a CNQ como organismo de representação real do ramo em nível nacional.

Por fim, apesar das dificuldades apontadas, salientamos que todas as secretarias dentro de suas atribuições e especificidades, desenvolveram ações com objetivo de transformar em realidade o projeto político/sindical da CNQ.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Terceirização

No Brasil, a partir dos anos 1990, a economia e a atividade empresarial passaram por um processo significativo de desregulação. No seu interior, houve enxugamento e desverticalização das estruturas organizacionais, com ênfase na terceirização que, cada vez mais, consolidou-se como uma das principais estratégias das empresas visando à redução de custos como forma de obter maior competitividade no mercado interno e externo.

No bojo dessas mudanças, a terceirização tornou-se uma das formas de contratação atípicas mais significativas. Na busca por maior lucratividade, o capitalismo encontra constantemente formas criativas, por vezes apresentando “disfarces” múltiplos. A terceirização expandiu-se, encadeando a abertura para uma série de outras formas distintas de trabalho.

Na indústria química, essa forma de contratação flexível intensifica-se a partir dos anos de 1990, sendo hoje, prática corrente em quase todos os segmentos do ramo. Podem-se identificar duas formas de manifestação da terceirização no setor químico: a terceirização externa quando a empresa transfere parte das atividades para uma contratada que executa o serviço fora das dependências da empresa e, a terceirização interna em que a empresa contrata empresas prestadoras de serviços para executar o trabalho dentro da unidade fabril. Neste tipo de contratação podemos identificar duas modalidades de terceirização, aquela ligada ao processo produtivo, na linha de produção e de atividades de apoio como vigilância, restaurante, limpeza, manutenção entre outras. Além disso, também se disseminou de forma crescente a contratação de PJs e estagiários, cooperativas de trabalho, meeiros em substituição aos trabalhadores efetivos.

A terceirização faz parte de um conjunto de mudanças introduzidas no mundo do trabalho, especialmente a partir da década de 1990 no Brasil, com o objetivo de reduzir custos e flexibilizar as relações de trabalho. Sob o manto da “modernização”, ela serviu, de fato, para precarizar as relações de trabalho, promover a piora dos salários, dos direitos e das condições, além de

intensificar a jornada e o ritmo de trabalho.

Além disso, essa modalidade de contratação divide os trabalhadores, uma vez que no mesmo local de trabalho estão presentes trabalhadores efetivos com direitos e cobertos pela convenção coletiva, e trabalhadores prestadores de serviços representados por outros sindicatos, com direitos precários e tratamento diferenciado. Portanto, a atual composição da classe trabalhadora mais fragmentada, heterogênea e, com menor poder de pressão, tem dificultado a organização, mobilização e representação de trabalhadores pelos sindicatos.

Sendo assim, a estratégia dos sindicatos deverá basear-se numa visão clara de combate à terceirização, articulando iniciativas concretas, seja intervindo nos processos de terceirização, visando sua obstaculização, seja negociando condições iguais para os terceirizados e, dessa forma, desestimulando a contratação de terceiros pelas empresas.

Ao mesmo tempo, é necessário que os sindicatos invistam firmemente em uma campanha de sindicalização, incluindo os (as) trabalhadores (as) terceirizados (as).

Finalmente, torna-se importante a participação em todas as iniciativas propostas pelo GT de terceirização da CNQ e da CUT, com o objetivo de fortalecer uma política de combate a todas as formas de precarização do trabalho.

Assim como, a CNQ se opõe a projetos de iniciativa do executivo ou do legislativo que em nome da regulamentação, consolidem a prática da terceirização.

Também é fundamental denunciar as práticas abusivas, de uso do trabalho temporário, do aprendiz, estagiário, e por prazo determinado. Essas práticas mascaram as relações de trabalho precárias praticadas pelas empresas.

Estrutura e organização sindical

Nestes últimos anos percebe-se uma maior dispersão e pulverização do movimento sindical. São mais de 20 mil sindicatos no Brasil e novos pedidos de registro chegam diariamente ao Ministério do Trabalho, seja para desmembramento de bases sindicais ou por categorias profissionais ou criação de novas entidades enfraquecendo a luta e a organização dos trabalhadores.

Este fenômeno está associado, em parte, ao avanço dos projetos políticos sindicais formados em torno de novas centrais sindicais. Para se consolidarem e obterem o registro é necessário um número mínimo de representação nacional. Esse processo de pulverização deve ser enfrentado com um projeto político e organizativo para todos os trabalhadores.

Portanto, há um campo enorme de oportunidades e desafios a serem enfrentados. Nesse sentido, continuam bastante atuais as resoluções da CUT sobre a consolidação da estratégia de fortalecimento do seu próprio projeto político e organizativo, através da ampliação da representatividade dos sindicatos, federações e entidades nacionais com vistas ao fortalecimento destas, diante de outros projetos sindicais na base de representação; a ampliação do poder de negociação dentro de uma perspectiva de construção de acordos nacionais; a consolidação da estrutura de ramos e o seu fortalecimento por meio da criação de novas estruturas organizativas, como as federações estaduais.

Além disso, devemos avançar na superação da estrutura sindical corporativista, dividida em categorias, por meio de fusões; da mesma forma, estimular as fusões e unificações de entidades sindicais, com vistas ao fortalecimento da organização por local de trabalho; estimular o aprimoramento dos mecanismos de democracia interna e definição de propostas concretas de sustentação financeira que contemplem o fim do imposto sindical.

Neste sentido, a Confederação orienta a criação de estruturas estaduais que tenham como objetivo o fortalecimento de nosso projeto em âmbito nacional e delibera pelo reconhecimento legal da CNQ. Os procedimentos para o reconhecimento devem ser encaminhados imediatamente tão logo sejam definidas as três federações necessárias para o reconhecimento.

A luta pelo fim da estrutura sindical oficial e o reconhecimento das Centrais Sindicais

A luta por mudanças na estrutura sindical oficial se enfraqueceu nos últimos anos, pela pressão de setores do movimento sindical pelego e atrasado e pelos setores conservadores. O Fórum Nacional do Trabalho - FNT criado pelo Ministério do Trabalho em 2003 não conseguiu construir base de sustentação suficiente com todos os atores sociais envolvidos para apresentar ao Congresso Nacional e à Presidência da República, uma proposta de mudança da estrutura sindical oficial que colocasse fim à unicidade sindical e ao imposto sindical, a despeito de todos os esforços realizados pela CUT.

No entanto, a CUT continua pressionando por mudanças e, em 2008, conquistou-se o reconhecimento das centrais sindicais. O projeto de reconhecimento das centrais sindicais estabelece critérios objetivos de representatividade para que as entidades sejam reconhecidas. É um passo importante para mudanças na estrutura sindical brasileira. O reconhecimento das centrais fortalece a democracia e abre caminho para outras conquistas como a organização nos locais de trabalho e o pleno direito à informação e negociação para o setor público e privado.

Paralelamente, ao longo desse período houve aumento no número de centrais e o fim do imposto não foi objeto de consenso entre as entidades. A CUT para convencer as demais centrais, lutou em diferentes frentes, como no Fórum Nacional do Trabalho, por uma alternativa que estabelecesse regras de transição rumo à contribuição negocial, forma de financiamento que só será cobrada depois de aprovação soberana por assembleias de trabalhadores.

Agora, novamente, reafirma-se a necessidade premente do fim do imposto sindical. Em coerência com a bandeira histórica, a CUT firmou com as centrais e o Ministério do Trabalho um compromisso para acabar com o imposto sindical no menor prazo possível e substituí-lo pela contribuição negocial.

Portaria 186

A Portaria 186 representa um avanço em relação à normatização anterior. Somada ao reconhecimento das centrais, abre possibilidades de retomarmos com fôlego, o debate sobre a convenção 87 da OIT, relativa à liberdade e à garantia do direito sindical, defesa histórica dos trabalhadores.

Embora mantenha a unicidade sindical e a representação por categoria profissional, pilares da estrutura sindical oficial, a Portaria permite maior liberdade de organização especialmente nas estruturas de grau superior.

Uma das novidades, é que a portaria determina a necessidade de indicação da base territorial – ou seja, a área representada pela entidade sindical – em que deverão estar relacionados municípios, estados e categorias pretendidas, incluindo a retirada de expressões vagas como congêneres e similares, entre outros.

Quanto às entidades de grau superior – federação e confederação - a Portaria 186 simplifica o procedimento para o registro sindical. Para que uma federação seja registrada é necessário que tenha cinco sindicatos filiados, com carta sindical. Já para as confederações, são necessárias três federações filiadas, também com carta sindical ativa.

A portaria representa um avanço na organização sindical, à medida que possibilita uma maior liberdade de organização, especialmente no que se refere à estrutura de federação e confederação.

Como transição para a construção de uma nova estrutura nacional CUTista com reconhecimento legal, aprovamos, em nosso último congresso a criação da CNTQ. Depois de três anos de sua criação reforçamos a deliberação anterior e recomendamos que a CNQ articule onde for possível a criação de federações estaduais ou interestaduais e viabilize a construção de uma estrutura CUTista em âmbito nacional com reconhecimento legal.

POR UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE VALORIZAÇÃO DA VIDA HUMANA

A crise financeira desencadeada no final de 2008 por meio de especulações financeiras realizadas por instituições financeiras americanas abre uma frente de oportunidades para se avançar em um modelo de desenvolvimento justo e sustentável. A crise econômica atual tem fundamentos sistêmicos e marcam o esgotamento de um modelo de desenvolvimento e globalização neoliberal. É necessário construir alternativas concretas frente a este modelo, este é o momento para se discutir a sociedade que queremos; como devem ser utilizados os recursos naturais, como garantir a preservação ambiental, o combate à fome e a qualidade de vida de homens e mulheres.

Neste sentido, a definição de um novo padrão energético baseado em recursos renováveis é definidor do modelo de desenvolvimento que queremos seguir. Nossa matriz energética passa por profundas mudanças. A energia tem sido um dos temas mais debatidos no país, por suas potencialidades e impactos na consolidação de um projeto de desenvolvimento para o Brasil. As últimas descobertas do petróleo – pré-sal – potencializaram o debate, especialmente pelas implicações geopolíticas.

Atualmente o Brasil é o 3º maior produtor e consumidor mundial de biodiesel do mundo e detém 12% da água do planeta, além da auto-suficiência em petróleo. O setor de energia é considerado um dos mais relevantes para a sustentação do ritmo de crescimento em longo prazo. O potencial das últimas descobertas de petróleo no país motiva um grande debate sobre o modelo de exploração dessas reservas e o destino a ser dado a esses recursos.

Também tem sido motivo de grande debate a expansão da produção agrícola de biocombustíveis, considerando-os uma nova fonte de energia com possibilidades importantes em termos de alternativa energética mais limpa, com amplo potencial de inclusão social e de acesso a mercados externos.

Ainda em termos de energias renováveis temos as centrais hidrelétricas, usinas eólicas e a biomassa. Atualmente o Brasil utiliza 45% de fontes renováveis em

suas matrizes.

O setor químico está no centro deste debate, uma vez que as principais fontes renováveis em estudo estão ligadas ao setor. Desde os produtos químicos derivados da biomassa processado nas biorrefinarias ao etanol celulósico, processado a partir da celulose.

É fundamental que a matriz energética mundial contemple fontes renováveis e não poluentes de energia, que não venham a agravar a fome no mundo e o aquecimento global do planeta.

Por outro lado, as grandes corporações mundiais estão se movimentando no mundo inteiro e ampliando suas áreas de atuação em busca de maior inserção em áreas que apresentam maior potencial energético.

Neste sentido, o Brasil por seu potencial energético, por sua posição geográfica, pela disponibilidade de terras agricultáveis e pelo domínio da tecnologia, alcançada nos últimos 30 anos, desempenhará um papel de destaque neste cenário.

O avanço e o uso destas novas tecnologias exigem um posicionamento rápido dos trabalhadores. Precisamos nos posicionar sobre qual o modelo mais adequado que ao mesmo tempo seja capaz de dinamizar a economia, preservar o meio ambiente, a produção de alimentos e a qualidade dos empregos gerados.

As mudanças climáticas

O clima de nosso planeta está se transformando aceleradamente. O aumento da temperatura da Terra, aliado às mudanças nos padrões de chuvas, à intensidade e amplitude das secas, à força cada vez maior de furacões e catástrofes ambientais, entre outras mudanças, já causam impactos em muitas comunidades, para muitos povos, a situação é irreversível.

Essas transformações não aconteceriam naturalmente. Elas são resultados da interferência humana, por conta do modo de produção e consumo do sistema capitalista. Esse modo de produção, que privilegia o lucro acima de qualquer coisa, está nos levando a uma situação alarmante pelo uso de fonte de energias que poluem nosso mundo por meio de emissão de gases que

potencializam o efeito estufa.

Nos últimos anos a emissão e concentração dos gases de efeito estufa aumentaram de forma significativa, devido, principalmente, à crescente queima do petróleo, do carvão mineral e do gás natural (os combustíveis fósseis). Isso ocasiona uma maior retenção de calor na terra, e um conseqüente aquecimento na sua temperatura. Os desmatamentos e a queima de florestas também contribuem para agravar essa situação.

Os maiores responsáveis pela emissão destes gases são os países desenvolvidos, entretanto, os maiores prejudicados são os países e comunidades pobres. Que têm menos recursos e ficam mais vulneráveis às mudanças climáticas.

Os Estados Unidos sozinhos são responsáveis por cerca de um quarto de toda produção mundial de CO². O Brasil está em 17º lugar na lista dos maiores poluidores

Para solucionar o aquecimento global, os capitalistas, propõem o comercio das emissões e de créditos de carbono. Há dois meios de comércio de carbono. O primeiro deles é negociar as emissões entre as empresas. De acordo com o protocolo de Quioto cada empresa pode emitir certa quantidade de CO². Com a venda das emissões entre as empresas, aquelas que emitem menos do que a quantidade permitida vendem a permissão da emissão de mais CO² para outras empresas que poluem mais do que o permitido. Dessa maneira, transformam a emissão de CO² em um produto negociável no mercado, e ambas as empresas se beneficiam. As primeiras porque lucram com a venda e as segundas porque não precisam reduzir suas emissões e assim não precisam modificar seus padrões de produção. E, desta forma, não há redução nenhuma nas emissões.

O segundo meio de comércio de carbono é a venda de crédito de carbono. Os créditos de carbono foram criados em 1997, e são emitidos quando há redução de emissão de gases de efeito estufa. Esses créditos são obtidos com os investimentos nas chamadas tecnologias limpas.

Jornada pelo desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho

Partindo do balanço positivo das ações desenvolvidas pela CUT desde 2005, aliado à análise dos novos cenários, especialmente sobre as implicações da crise mundial no mundo do trabalho, impuseram a tarefa a CUT de **enfrentar a crise ampliando a luta de classe e organizando a transição para um novo modelo de desenvolvimento**, e o desafio de buscar alternativas para sua superação na consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, soberano e democrático.

Um modelo que deve ser capaz de redirecionar a economia para o crescimento de modo a possibilitar o aumento da produtividade ao mesmo tempo em que incorpore parcela crescente da população ativa, redistribuindo melhor o tempo de trabalho; isto é, reduzindo a intensidade do trabalho e ampliando a participação da força de trabalho na produção.

Portanto, deve continuar destacando a garantia de políticas sociais universais; investimento massivo em infra-estrutura urbana; políticas para a ampliação da reforma agrária e do fortalecimento da agricultura familiar; políticas de proteção social para estruturação do mercado de trabalho, das relações de trabalho e para a distribuição de renda; a diversificação da matriz energética, a potencialização da campanha contra a privatização do petróleo e gás, combinadas com as questões ambientais, assim como a campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário e limitação do uso das horas extras e a garantia de que os empregos gerados com o crescimento econômico sejam adequados ao Trabalho Decente, com contrapartidas sociais, entre outros.

Para isso, a CUT realizará um Ciclo de Debates sobre temas que correspondem às questões essenciais para a conformação de um projeto de desenvolvimento para o Brasil sob a ótica da classe trabalhadora, culminando na **Plataforma da Classe Trabalhadora para 2010**. A Conferência sobre Desenvolvimento a se realizar durante o 10º CONCURT fará parte dessa estratégia.

Neste sentido, a CNQ reafirma o seu compromisso de participar ativamente

desta iniciativa conduzida pela CUT e de viabilizar iniciativas no âmbito do ramo que busquem acumular sobre estes temas e contribuir para o debate e a construção da plataforma 2010.

A MULHER TRABALHADORA

Nos últimos anos cresceu de forma significativa a presença das mulheres no mercado de trabalho, da mesma maneira em que mais mulheres passaram a ocupar funções e exercer profissões antes de predomínio masculino.

Entretanto, essa inserção vem ocorrendo de forma desigual, ao se analisar os dados sobre a presença das mulheres se observa uma grande concentração nos setores que historicamente remuneram menos e apresentam condições de trabalho mais precárias, com o setor de comércio, serviços e no emprego doméstico. Na indústria identifica-se uma grande concentração feminina em setores em que há menor desenvolvimento tecnológico e baixas exigências de qualificação.

No interior das empresas as desigualdades se manifestam de diferentes formas: trabalhadoras muitas vezes são registradas em funções diversas daquela que exercem dentro da empresa como forma de camuflar o tratamento diferenciado dado às mulheres.

Outra forma de manifestação da desigualdade se refere à grande concentração em atividades menos qualificadas. Embora detenham níveis de escolaridade mais elevados, as mulheres apresentam menos possibilidades de ascensão profissional, ou seja, poucas recebem promoção e tem chances de ascender dentro das empresas, uma vez que a prioridade é sempre para os homens.

Alguns estudos têm revelado que há desigualdade salarial entre homens e mulheres para as mesmas ocupações, mas principalmente entre as ocupações. Constata-se uma maior dificuldade para as mulheres ascenderem a determinadas ocupações.

Além disso, há uma maior pressão no ambiente de trabalho sobre as mulheres, o ritmo é mais intenso e as exigências são maiores provocando uma série de doenças. As mulheres, em geral, estão nas atividades mais repetitivas e que exigem movimentos contínuos causando doenças como Ler, Tendinite, entre outras. As discriminações também se manifestam através do assédio moral e sexual. As mulheres são as vítimas preferências deste tipo de ocorrência.

Do ponto de vista empresarial a inserção das mulheres no mercado de trabalho

sempre foi marcada por mitos e preconceitos. Eles alegam que as mulheres apresentam taxas de absenteísmo mais elevadas, são impontuais, apresentam maior rotatividade, custos mais elevados por se ausentarem com mais freqüência do ambiente de trabalho, seja por licença maternidade ou para atender demandas ligadas ao espaço doméstico, tornando-se menos produtivas.

Todos os estudos realizados, no entanto, comprovam justamente o contrário, as mulheres são tanto ou mais produtivas do que os homens.

Nestes comportamentos está subjacente uma idéia de que o espaço do mercado de trabalho, o espaço público não é lugar de mulheres, cabe a elas o espaço do lar, da família, o espaço doméstico e quando ingressam no mercado de trabalho são tratadas como se estivessem de passagem.

Portanto, é tratado com naturalidade o fato de uma mulher trabalhar durante uma jornada inteira e quando regressa para casa se ocupar de todo o trabalho doméstico. O trabalho doméstico não é compartilhado porque se naturalizou nesta sociedade que essa atribuição é das mulheres, mesmo quando contribuem igualmente para o sustento de suas famílias.

No ramo químico as mulheres representam 27% do total de trabalhadores e trabalhadoras em nível nacional. Em alguns setores como na indústria cosmética a mulheres respondem por quase 40% da força-de-trabalho e na indústria farmacêutica 43%. Os dados referentes aos níveis de escolaridade indicam que 30,3% das mulheres possuem primeiro grau completo ou incompleto, enquanto que entre os homens o percentual é de 40,3%. Entre os que possuem o segundo grau completo e incompleto 51,7% são mulheres e 48,7% são homens. Com terceiro grau e pós-graduação têm-se 18,0% de mulheres e 11,0% de homens.

Mesmo apresentando níveis de escolaridade mais elevados os rendimentos são menores entre as mulheres. Até três salários mínimos têm-se 59,0% dos homens e 71,5% das mulheres. Entre os que recebem entre três e cinco salários mínimos a composição é a seguinte: 17,3% são homens e 11,0% são mulheres. De 5 a 10 salários mínimos são 12,5% dos homens e 8,5% das mulheres e mais de 10 salários mínimos 9,8% dos homens e 7,5% das

mulheres.

Os espaços de negociação legitimados e reconhecidos pelos atores sociais são os momentos de renovação da convenção coletiva e os espaços conquistados dentro das empresas, seja através do Sistema Único de Representação (SUR), Comissão de fábrica, Organização por local de Trabalho (OLT) e Redes de Trabalhadores.

Embora recorrente nas mesas de negociação, o tema de gênero continua sendo tratado como assunto de mulheres. As cláusulas na maior parte das negociações tem se concentrado nos temas ligados à maternidade e cuidado com os filhos e filhas, com se essa tarefa fosse de responsabilidade exclusiva das mulheres.

Neste sentido, pouco avanço tem sido observado nestes espaços de negociação e, quando se introduz o tema da igualdade de oportunidade, se observa resistência dos setores empresariais alegando que não há diferenças entre homens e mulheres, uma vez que ambos têm as mesmas oportunidades e o mesmo acesso a determinadas ocupações. No entanto os depoimentos e os dados revelam que o tema da igualdade de oportunidades continua longe dos locais de trabalho.

A Confederação Nacional do ramo Químico da CUT vem avançando em suas formulações. Progressos importantes podem ser constatados pelos resultados de seus congressos e plenárias. No entanto, ainda há muita dificuldade em desenvolver ações específicas pela ausência de quadros qualificados para atuarem nos sindicatos. Os processos formativos desenvolvidos no âmbito das entidades privilegiam uma formação mais geral, secundarizando os temas específicos. O programa Formaquimulher se constitui na principal experiência inovadora de formação de mulheres

O tema da Campanha da CUT de Igualdade de Oportunidades na vida, no trabalho e no movimento sindical insere-se nesse contexto a partir da reivindicação de condições mais igualitárias para a entrada e permanência no mercado de trabalho formal, e por mecanismos que garantam a participação das mulheres em todos os espaços do movimento sindical.

A diferença salarial entre homens e mulheres é um fator concreto de discriminação das mulheres que precisa ser enfrentado. Elas recebem salários em média 30% menores do que os homens, mesmo quando desempenham as mesmas funções, porque há uma desvalorização do seu trabalho, advinda da discriminação machista que vê a presença das mulheres no mercado de trabalho como uma situação transitória ou somente como um trabalho complementar ao trabalho de um homem.

Neste contexto, insere-se também a luta pela ampliação das creches públicas e das escolas integrais. Essa bandeira fortalece a idéia de que a maternidade não pode ser um impeditivo para as mulheres participarem da vida pública.

No interior do movimento sindical, a consolidação das cotas mínimas de 30% de gênero, a formação, inclusive para a participação em negociações coletivas e a sindicalização das trabalhadoras, são condições básicas necessárias para a organização das mulheres.

Neste sentido, reafirmamos a deliberação de nossa central sobre o cumprimento da cota mínima de 30% para a tirada de delegados (as) e para a composição das direções.

JUVENTUDE TRABALHADORA

Segundo estudos do Instituto da Cidadania, "a condição juvenil é dada pelo fato de que os indivíduos estão vivendo um período específico do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural".

De acordo com dados do IBGE referentes ao ano de 2002, a juventude corresponde a 20% dos 170 milhões de habitantes brasileiros. Trata-se de um setor da sociedade composto por diferentes faixas etárias (de 16 a 24 anos segundo IBGE, ou 16 a 35 anos, segundo a CIOLS) e que tem características históricas, geográficas, culturais bastante diferenciadas. Para falar em juventude é necessário compreender a existência das juventudes no plural, ou seja, segmentos inseridos em realidades diversas e complexas.

Apesar de se dividirem igualmente entre homens e mulheres, os jovens no Brasil, em sua maioria, vivem no meio urbano (81% nas periferias das grandes metrópoles), enquanto 19% vivem no meio rural. Ainda segundo o IBGE, 75% da população entre 20 e 24 anos já faz parte da PEA. No mercado de trabalho, eles se inserem nas situações mais precárias (no geral, trabalhos sem registro em carteira, sem direitos trabalhistas garantidos, em situação informal ou em condições indignas ou ainda insalubres). Representam quase 50% dos desempregados no país. O acesso à escola e a renda variam conforme região onde moram e classes sociais, o que implica em desigualdades gritantes.

Valorizar o trabalho da juventude significa criar mecanismos que impeçam o trabalho informal e a inserção ocupacional precoce. A exigência de políticas de Estado que punam empresários que não formalizam contratos deve somar-se à inclusão de cláusulas nos acordos coletivos que imponham regras para facilitar a permanência ou o retorno ao sistema educacional formal e de ganho real nos diferentes olhares das necessidades da juventude. É impensável conceber que essa faixa populacional, entre na vida adulta nessas condições, baixa escolaridade e pouco ou quase nenhuma qualificação profissional num país rico e desenvolvido como o Brasil.

A insegurança e a instabilidade parecem atingir preferencialmente os grupos

mais vulneráveis socialmente como as mulheres, os negros, as negras e os jovens. Atualmente metade do desemprego em nosso país está concentrada entre os jovens de até 25 anos de idade. A juventude ingressa no mercado de trabalho com elevado grau de insegurança em relação às perspectivas futuras.

O impacto dessas mudanças pode ser percebido na nova configuração do mercado de trabalho, com o aumento do nível de desemprego, o crescimento da informalização e de formas atípicas de contratação (temporários, estagiários, PJ's entre outras), as transformações nos requisitos funcionais, a instabilidade gerada pelo risco do desemprego faz surgir um novo perfil de trabalhadores.

Ao lançar o Programa Primeiro Emprego, o Governo Lula coloca em nível nacional o debate sobre políticas públicas para a juventude e reafirma o seu compromisso com os jovens, que depositaram suas esperanças com a mudança de rumo do país. Os alarmantes dados do desalento e do desemprego do jovem no Brasil tornam essa escolha essencial e prioritária. Do total de pessoas desempregadas, no nosso país, 44% (3,6 milhões) são jovens entre 16 e 24 anos. Se considerarmos até 29 anos, esse número chega a quase 6 milhões (dados de 2003, DIEESE).

A Confederação Nacional do ramo Químico em parceria com os sindicatos do ramo e com o apoio da AFL CIO desenvolveu uma pesquisa junto a trabalhadores (as) jovens do ramo químico entre 2007 e 2008 com o objetivo de captar estas mudanças. Participaram da pesquisa 1294 trabalhadores e trabalhadoras dos setores químicos, petroquímicos, farmacêuticos, cosméticos, petróleo, vidro, celulose e papel, tintas, borracha e plásticos.

A pesquisa propiciou um retrato bastante preciso de nossa juventude e se constitui em um importante instrumento para desenvolver estratégias de atuação que tenham como principal objetivo organizar a juventude no ramo químico. Portanto, a pesquisa traz subsídios, sugestões e temas que se forem apropriados devidamente pelos sindicatos podem potencializar ações que tenham como objetivo organizar a juventude trabalhadora em torno de um projeto político e sindical.

Os resultados da pesquisa revelam que o coletivo de juventude da CNQ,

juntamente com a direção e os coletivos dos sindicatos, tem um grande desafio pela frente, transformar todas estas informações em projeto político com vistas a organização destes (as) trabalhadores (as).

Desde o ultimo encontro nacional ocorrido em setembro de 2008, em São Paulo, que o Coletivo Nacional de Juventude da CNQ assumiu uma nova dinâmica. Com um coordenador nacional e cinco coordenadores regionais, o coletivo assumiu várias tarefas com o intuito de promover uma maior integração com os jovens das categorias que compõem o ramo químico e discutir os resultados da pesquisa.

Dentre as atividades que o coletivo realizou desde este ultimo encontro nacional devemos destacar os seminários estaduais ocorridos em Pernambuco, Bahia e o encontro setorial de Papeleiros do Estado de São Paulo. O encontro estadual realizado em Pernambuco envolveu jovens de base e da direção do Sindicato. Na Bahia o encontro envolveu todos os sindicatos do Ramo do Estado, com trabalhadores e trabalhadoras, dirigentes do Sindicato do Ramo Químico/Petroleiro, SINDCELPA e oposição do Sindiborracha.

O Sindicato dos Químicos de São Paulo por sua vez realizou três encontros regionais e um encontro geral onde o critério de participação foi o de que o jovem tivesse participado de pelo menos um regional.

O setor Papeleiro de SP realizou o 1º Encontro Estadual de Juventude do Setor. A atividade contou com a participação de representantes sindicais de todos os sindicatos papeleiros filiados a CNQ/CUT do estado de SP e de dirigentes sindicais ligados a juventude de diversas regiões do Brasil, e ao final foi eleito um Coletivo Estadual da Juventude Papeleira de SP.

Com firmeza e determinação, o coletivo nacional de juventude da CNQ vem dando importantes passos, sabemos que a jornada é longa, e o primordial é constatar que estamos caminhando, evoluindo e formando uma nova geração no movimento sindical brasileiro.

A Juventude do Ramo Químico vem assumindo posições de destaque em todo o movimento juvenil e sindical e isso é fruto deste trabalho desenvolvido pela CNQ, seu coletivo de Juventude, onde temos contado também com a parceria

do centro de solidariedade da AFLCIO no Brasil.

A 12ª Plenária Estatutária da CUT, realizada entre os dias 5 e 8 de agosto de 2008, definiu pela criação da Secretaria Nacional de Juventude da CUT. Tal decisão é um marco para a CUT e para a Juventude trabalhadora do nosso país. É um passo importante para a disputa de hegemonia na sociedade e para o fortalecimento do projeto sindical CUTista. Se hoje metade dos (as) desempregados (as) e a maioria dos que estão na informalidade são jovens, a Secretaria Nacional da Juventude da CUT (SNJ-CUT) deverá priorizar a luta pela valorização do trabalho, pelos direitos universais e por uma profunda aliança com os movimentos populares de juventude, criando um amplo arco de estratégias na formulação das políticas de juventude, garantindo que dentro do movimento sindical as demandas, pautas e necessidades ganhem cada vez mais novos ouvidos.

A criação da SNJ/CUT – Secretaria Nacional de Juventude da CUT tem um sentido muito estratégico para a luta pela promoção do trabalho decente no Brasil e na América Latina. Por meio dela, será possível construir políticas para o conjunto da CUT no que diz respeito à agenda de promoção do trabalho decente de jovens, encerrando um ciclo que limita os debates sobre juventude somente aos jovens da Central. Por isso a importância da criação e implementação imediata das secretarias de juventude da CUT nos estados e da Secretaria Nacional de Juventude da CUT.

Valorizar o trabalho da juventude significa criar mecanismos que impeçam o trabalho informal e a inserção ocupacional precoce. A exigência de políticas de Estado que punam empresários que não formalizam contratos deve somar-se à inclusão de cláusulas nos acordos coletivos que imponham regras para facilitar a permanência ou o retorno ao sistema educacional formal e de ganho real nos diferentes olhares das necessidades da juventude. É impensável conceber que essa faixa populacional, entre na vida adulta nessas condições, baixa escolaridade e pouco ou quase nenhuma qualificação profissional num país rico e desenvolvido como o Brasil.

Neste sentido a Confederação Nacional do Ramo Químico juntamente com o Coletivo Nacional de Juventude da CNQ tem os seguintes desafios para o

próximo período:

- Incentivar a criação de coletivos de juventude nas regiões e nas categorias que compõem o ramo.
- Fortalecer os coletivos de juventude já existentes.
- Sensibilizar as direções sindicais para a importância do trabalho com a juventude trabalhadora.
- Debater uma nova linguagem de comunicação sindical para a juventude
- Sensibilizar as direções para a realização de atividades nos sindicatos que privilegiem a participação da juventude trabalhadora.
- Propor a realização de uma campanha específica de sindicalização para a juventude trabalhadora.

Por fim, a implementação de políticas específicas para a juventude do Ramo Químico exigirá envolvimento e compromisso de todos, portanto, organizar e consolidar políticas específicas de juventude, para a juventude e com a juventude trabalhadora é um dos principais desafios da CNQ e dos Sindicatos do Ramo.

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Na história do capitalismo, desde o seu nascimento, a luta pela redução da jornada de trabalho sempre desencadeou um alto grau de radicalidade entre capital e trabalho, e esta proposta continua mais atual do que nunca.

Num momento como este de crise econômica mundial, o movimento sindical não pode ficar apenas em campanhas corporativas e salariais, é preciso ampliar os horizontes de lutas. Está em nossas mãos a responsabilidade de lutar pela geração de empregos, pela valorização do trabalho e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Estas cinco medidas emergências: Assinatura da CTPS/Contrato de trabalho, fim da terceirização e das cooperativas de mão-de-obra, limitação rígida das horas-extras e a ratificação da convenção 158 da OIT, deverão estabelecer as bases necessárias para a retomada do trabalho formal de milhões de trabalhadores e estabelecer a ponte que permitirá o êxito da campanha pela redução da jornada de trabalho.

A campanha pela redução da jornada de trabalho será conduzida com o seguinte eixo: **REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO** mais emprego e melhor qualidade de vida.

Para Impulsionar a Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho Sem Redução de Salário é necessário:

- a) Tornar permanente a luta pela redução da jornada sem redução nos salários e contra o desemprego, inserindo este tema como reivindicação permanente nas pautas, em situações de lutas e mobilizações..
- b) Combater os bancos de horas.
- c) Assegurar a 5ª turma de trabalho garantida pela Constituição de 1988, para os turnos ininterruptos de revezamento.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Os aposentados e pensionistas constituem-se num importante segmento da classe trabalhadora em termos absolutos. A cada dia, a importância política, social e econômica deste setor da população aumenta, no entanto, este seguimento cada vez mais sofre as conseqüências de políticas que levam a precarização das condições gerais de vida, sendo discriminados com a ausência de políticas de saúde, transporte, lazer, moradia, etc.

É necessário que a CNQ/CUT oriente e recomende aos sindicatos filiados a implementação de políticas visando o fortalecimento das organizações de aposentados a nível local, estadual e nacional, a CNQ orienta as associações de aposentados dos sindicatos do ramo a se filiarem ao Sindicato Nacional de Aposentados da CUT, como forma de melhor representar, e atuar politicamente frente a todas as organizações de aposentados e pensionistas existentes no país.

A CNQ não deve medir esforços para apoiar e participar de todas as lutas chamadas pelo sindicato Nacional dos aposentados e pensionistas da CUT.

A CNQ considera positiva também a política do governo LULA de políticas recuperação do poder de compra do salário mínimo.

ORGANIZAÇÃO NOS LOCAIS DE TRABALHO

Têm se intensificado a perseguição a dirigentes sindicais, cipeiros e ativistas, com punições, advertências, suspensões, cortes de horas, afastamentos por falta grave e outros.

Portanto, a defesa da liberdade de organização sindical é uma das principais formas de enfrentamento contra a política patronal, neste sentido, a organização dos trabalhadores tem de estar prioritariamente em seu local de trabalho.

Para potencializar a ação sindical em uma perspectiva classista, de luta e mobilização permanente, a CNQ orienta os Sindicatos do Ramo Químico a priorizar a Organização no Local de Trabalho.

Nossa grande tarefa é avançar no debate sobre qual o modelo de organização nos locais de trabalho que melhor atende as especificidades do ramo químico na luta pela ampliação de direitos, de salários e pela geração e valorização do emprego.

É a organização no local de trabalho que fará com que os trabalhadores vistam a camisa contra a exploração.

Neste sentido devemos:

- a) Lutar pelo direito a organização dos locais de trabalho, e que as representações tenham estabilidade no emprego para que possam exercer suas representações.
- b) Lutar pela garantia plena ao direito de exercício da atividade sindical – da Central até à fábrica, nos setores público e privado – com direito de greve e garantia no emprego;
- c) Lutar pelo fim da criminalização da atividade sindical (multas, interditos proibitórios, demissões de dirigentes e de representantes de trabalhadores, etc.).

OLTs – COMISSÕES DE FÁBRICAS E SUR – SISTEMA ÚNICO DE REPRESENTAÇÃO

Temos no ramo químico, diversas experiências de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, portanto, é necessário aprofundar o debate e deliberar sobre a forma mais adequada de organização dos trabalhadores para o ramo químico, para que possamos lutar pela sua implementação em nível nacional em todos os setores.

Os organismos de representação dos trabalhadores têm um papel de extrema importância no dia-a-dia sindical, uma vez que são estes representantes que são responsáveis pela primeira ação sindical sobre os problemas e reivindicações dos trabalhadores, neste sentido, a preparação destes representantes para atuarem nos seus locais de trabalho e é imprescindível.

É necessário que os sindicatos do ramo químico, atentem para a importância das Organizações nos locais de trabalho, para que elas sejam efetivamente um canal permanente de diálogo com os sindicatos.

Neste sentido, é tarefa dos Sindicatos do ramo fortalecer o trabalho de base e impulsionar a criação nos locais de trabalho de organismos de representação dos trabalhadores.

CIPAS

No atual momento as CIPAS cumprem um papel fundamental, pois, são instrumentos na luta contra a reestruturação produtiva e o impacto dela na saúde e integridade física e mental dos trabalhadores. Entre elas, LER/DORT (Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho), estresse, depressão e acidentes de trabalho.

É necessário que os sindicatos do ramo químico, atentem para a importância das Organizações de Base, para que elas sejam efetivamente um canal permanente de diálogo com os sindicatos.

Neste sentido, é fundamental acompanhar com mais intensidade as eleições das CIPAS para evitar que elas se tornem mais um “organismo” ocupado por trabalhadores que muitas vezes não dão a mínima para as questões de

segurança do trabalhador. Precisamos lutar para que todo cipeiro eleito seja sindicalizado e tenha uma participação efetiva no trabalho de base do dia-a-dia.

As CIPAS devem ser orientadas para que em todo e qualquer acidente no ambiente de trabalho seja exigida a emissão da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) pelas empresas.

É necessário que tenhamos uma intervenção nas fábricas, através das CIPAS organizadas e apoiadas pelo Sindicato, para exigir que as empresas ofereçam postos de trabalho compatível com o estado de saúde dos lesionados.

COMISSÕES DE PLR

As comissões de PLR devem ser organismos privilegiados de organização em defesa dos direitos dos trabalhadores, neste sentido, é fundamental que os sindicatos do ramo chamem para si a responsabilidade de cobrar em todas as empresas a eleição das comissões de PLR, com participação do sindicato e estabilidade aos membros eleitos.

É necessário que os sindicatos do ramo químico, atentem para a importância capacitação destes representantes, orientando-os de como atuar nos seus locais de trabalho, para que sejam efetivamente um canal permanente de dialogo com os sindicatos.

SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

As doenças relacionadas ao trabalho, especialmente as LER/DORT, estão disseminadas em todo país, fruto da reestruturação produtiva e das péssimas condições de ambiente de trabalho e da ganância dos patrões pelo lucro.

Nos últimos anos, as LER/DORT estão atingindo os trabalhadores e trabalhadoras do ramo químico de forma assustadora, principalmente a mulher trabalhadora, que também é a principal vítima do assédio moral.

Como este tema envolve todas as categorias profissionais, consideramos que devemos ter uma ação conjunta, de todos os sindicatos, para combater as doenças profissionais e as relacionadas ao trabalho, como é o caso da LER que se alastra como uma epidemia, além de atentar para os sintomas que poderão se transformar futuramente em novas doenças ocupacionais.

Temos enfrentado ainda nas fábricas o problema do assédio moral que, através da intimidação contra os trabalhadores, tem levado a conseqüências gravíssimas para a saúde.

Uma das formas de organizar a categoria no que diz respeito à luta pela saúde no trabalho é mapear as fábricas, fazer pesquisas, saber como estão os trabalhadores e como são as condições de trabalho.

Para um trabalho positivo e mais efetivo, devemos instruir nossas denúncias com dados que são retirados das entrevistas com os trabalhadores, fruto do mapeamento. Saber como está o ambiente de trabalho, ou seja, ter controle de como as doenças estão evoluindo nas categorias e como as empresas estão se comportando com os trabalhadores.

Devemos lutar:

- 1) Em defesa da saúde do trabalhador;
- 2) Pela melhoria das condições de trabalho e por programas de prevenção e assistência aos trabalhadores sob risco de acidentes e doenças ocupacionais;
- 3) Defesa do seguro acidente de trabalho;
- 4) Pela responsabilização e punição das empresas que provoquem

danos aos meio ambientes e à saúde do trabalhador;

- 5) Estabilidade no emprego para os/as trabalhadores/as acidentados/as

FATOR PREVIDENCIÁRIO

Após aprovação no Senado, tramita na Câmara Federal o projeto de Lei 3299/2008 do Senador Paulo Paim que altera a forma de calculo da aposentadoria por tempo de serviço/contribuição. O fator previdenciário foi criado em 1999 pelo governo de FHC para reduzir o valor do benefício mediante o uso de três mecanismos. O primeiro se refere à imposição de perdas com base na idade do trabalhador na hora da aposentadoria; o segundo é a atribuição de peso maior à idade que ao tempo de serviço. O terceiro é a consideração da expectativa de sobrevida no momento em que o trabalhador se aposenta. O fator previdenciário é um instrumento de confisco da renda do trabalhador e precisa ser extinto. Entretanto para que a sua revogação seja uma vitória é necessário impedir desde já outras propostas que vão no mesmo sentido, como o estabelecimento de uma idade mínima. No Brasil, as pessoas ingressam no mercado de trabalho muito cedo e a definição de idade mínima só irá penalizar ainda mais os milhões de trabalhadores entram no mercado de trabalho aos 16 anos. Isso tudo sem levar-se em conta a elevada rotatividade, o tempo de busca por novo emprego e a própria informalidade.

APOSENTADORIA ESPECIAL

É necessário que a CNQ/CUT intensifique juntamente com os sindicatos do ramo a luta em defesa da aposentadoria especial.

Devemos lutar por mecanismos que levem ao afastamento definitivo dos trabalhadores/as das atividades profissionais penosas, insalubres ou perigosas, e que estes trabalhadores/as sejam contemplados com a aposentadoria especial.

Devemos também exigir que a elaboração dos laudos técnicos por parte das empresas seja acompanhado pelos Sindicatos.

ASSÉDIO MORAL:

O assédio moral é a forma desdobrada de dominação e que ela aparece e é percebida pelos trabalhadores como um conjunto de humilhações, constrangimentos, maus tratos e sofrimentos.

Neste sentido, é necessário que os sindicatos desenvolvam todas as formas de luta contra a prática do assédio moral nos locais de trabalho.

QUESTÃO RACIAL

Atualmente o debate sobre a discriminação racial vem ocupando um espaço maior na agenda sindical, haja vista, os vários seminários e encontros organizados pela CUT, além dos vários sindicatos sintonizados com esta luta.

É preciso que a sociedade incorpore de vez esta discussão, fazendo com isso justiça para com o povo afrobrasileiro.

Ainda no mercado de trabalho são os negros que enfrentam mais dificuldades para serem promovidos ou receberem aumentos de salário, são alvos preferenciais no caso de demissões, casos de assédio moral, humilhações e ofensas. O sistema capitalista, assim como fez através da escravidão, continua utilizando o racismo como forma de exploração.

A CNQ e os sindicatos do ramo devem denunciar e exigir punição para qualquer tipo de discriminação, racial, principalmente no local de trabalho.

Devemos colocar a estrutura dos Sindicatos para discutir estes temas, bem como para organizar a luta anti-racial, incentivando e promovendo cursos e palestras para a conscientização sobre a questão dos negros.

TRANSGÊNICOS

Os produtos transgênicos são apenas a ponta do iceberg dos “avanços tecnológicos”. Sobre eles podemos dizer que não sabemos nada ou quase nada cientificamente falando, inclusive sobre o que poderão ocasionar, por exemplo, à saúde e à biodiversidade a médio e longo prazo.

Este debate está nas mãos dos grandes grupos econômicos, que via de regra só se interessam pela sustentabilidade do lucro e do poder a qualquer custo, utilizando um discurso em favor do avanço “científico” e defendendo o uso de tecnologias modernas sem o controle do uso, tanto pelo Estado quanto pela sociedade.

As Novas tecnologias a ciência devem existir sim, mas esta deve estar a serviço da humanidade e não apenas a serviço de interesses de grupos econômicos.

Portanto, é necessário que a CNQ e os Sindicatos busquem capacitar seus dirigentes sobre o tema, com o objetivo de melhor armar as ações sindicais.

FORMAÇÃO SINDICAL E POLÍTICA

A política de formação sindical e política implementada tem demonstrado ser acertada e tem alcançado os objetivos esperados.

Neste mandato a secretaria de formação vem procurando oferecer o programa Formaquim para todas as regiões representadas pela CNQ.

O programa Formaquim tem o objetivo de ampliar a consciência de classe dos trabalhadores, da militância e dos dirigentes, fortalecendo assim as ações classistas a partir dos locais de trabalho em todos os níveis, para isso, busca capacitar dirigentes e militantes sindicais para uma atuação mais qualificada no dia-a-dia sindical e em especial nos locais de trabalho.

O programa Formaquim consiste hoje nos seguintes cursos: Formaquim Regional, Formaquimulher, Formaquim Negociação Coletiva e Formaquim Saúde, e há a demanda de realizar no segundo semestre de 2009 um curso de formação específico para a juventude trabalhadora.

Para melhor atender as crescentes demandas das regiões, existe a proposta de realizar em 2010 um curso de “F.F.- Formação de Formadores/as” do programa Formaquim e Formaquimulher para capacitar dirigentes e assessores dos sindicatos em nível nacional como multiplicadores do programa nas regiões, neste sentido, a CNQ convoca os Sindicatos do ramo químico a fortalecerem esta política de formação.

POR UMA NOVA LEI DO PETRÓLEO

O petróleo é uma riqueza nacional e os benefícios de sua exploração precisam chegar a todos. Neste sentido, defendemos o monopólio do Estado na exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no Brasil, através de uma Petrobrás 100% pública. O sistema de concessão atual adotado na década de 1990 não serve para os interesses do país uma vez que permite que a exploração vá para as mãos de grupos multinacionais.

O movimento sindical defende uma nova lei do petróleo, para a Federação Única dos Petroleiros – FUP o Brasil precisa de um sistema de exploração que viabiliza uma Petrobrás pública, com o Estado controlando o setor. Um sistema que garanta o controle do país sobre as suas reservas e sobre o resultado advindo de sua exploração, que contribua para o seu desenvolvimento e que seja forte, transparente e com controle social.

A NECESSIDADE DE ALTERNATIVAS DE COMUNICAÇÃO PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os jornais sempre foram historicamente partidários, desde a sua remota origem. A grande imprensa, entretanto, apresenta um discurso e procura passar a imagem de isenção, de compromisso com a verdade objetivas e fidelidade aos fatos.

Em alguns países mais democráticos, onde a sociedade conquistou historicamente maior participação e influência, os veículos de comunicação foram obrigados a adotar posições mais flexíveis e de garantirem espaços de participação às diferentes manifestações sociais pela própria necessidade de sobrevivência.

Este não é o caso do Brasil.

Nossos jornais sempre estiveram nas mãos de oligarquias locais, de famílias que sempre expressaram suas opiniões e concepções sem qualquer controle ou manifestação da sociedade.

Fomos, durante séculos, governados por uma elite autoritária, truculenta, de mentalidade provinciana, preocupada apenas com seus interesses imediatos do que com a construção de um país. E isso se reflete diretamente em nossa imprensa, sejam jornais, revistas, rádios e televisões.

A mídia sempre esteve no poder ou ao lado do poder. Portanto, jamais foi um espaço receptivo às demandas sociais. Os movimentos sindical e popular praticamente não têm espaço e, quando se tornam objetos de notícia, são mostrados de forma tendenciosa, criminalizados e tratados de forma ideológica.

Greves, protestos populares e reivindicações são encarados como atos criminosos, feitas por desocupados, e que perturbam a cidade e a vida do cidadão comum. A ênfase das notícias jamais recai no que os movimentos querem e sequer resvalam nas contestações que fazem à sociedade capitalista.

Até hoje, as forças democráticas, populares e de esquerda jamais conseguiram criar veículos de comunicação capazes de fazer um contraponto à grande imprensa. Houve apenas algumas experiências interessantes no passado, mas que tiveram vida curta, entre outros motivos, pela pressão econômica e pela histórica falta de liberdades democráticas no Brasil.

Frente a isso, é importante a participação no debate sobre os meios de comunicação e as formas de democratizá-los. É preciso mudar a política de concessões de rádios e televisões e ampliar o debate sobre a imprensa em geral.

Os movimentos sociais e partidos de esquerda e progressistas precisam também incentivar a criação de veículos alternativos, sejam jornais, sites, blogs, boletins sindicais, panfletos e outras formas de comunicação direta com os trabalhadores e participantes dos movimentos, estabelecendo uma ampla rede de comunicação molecular.

A Confederação Nacional do Ramo Químico deve também estar presente nesses debates e ter uma política agressiva de comunicação. Precisamos ainda fortalecer a Agência CUT, a Revista Brasil, as rádios populares. É importante destacar a conquista de um canal de televisão para os trabalhadores, através da concessão assinada pelo presidente Lula para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

A comunicação é um instrumento fundamental para a disputa pela hegemonia na sociedade. Precisamos aprofundar o debate sobre o tema e aprimorarmos nossa política de comunicação, para não continuarmos sempre reféns de uma imprensa conservadora, tendenciosa, pretensiosa e antidemocrática.

PLANO DE LUTAS E AÇÕES – CNQ/CUT

Passados quase dois anos da realização do V Congresso da CNQ, verifica-se que neste período mudanças substanciais aconteceram no Brasil e na organização da classe trabalhadora.

Embora o cenário tenha sofrido alterações, alguns pontos definidos como Plano de lutas e Ações ainda permanecem atuais e outros devem ser redefinidos a luz da nova conjuntura.

Portanto, reportando-se as resoluções do V Congresso Nacional da CNQ-CUT realizado em 2007, reafirmamos a necessidade de agir e lutar pelos seguintes pontos:

1. Por mudanças na Política Econômica para gerar desenvolvimento com emprego, distribuição de renda e inclusão social e pela redução das taxas de juros.
2. Pela redução da Jornada de Trabalho sem redução de salários.
3. Pelo fim das Horas Extras.
4. Pela ratificação da Convenção 158 OIT.
5. Lutar pela 5ª Turma de Revezamento com jornada limitada à 36h semanais.
6. Em defesa do Emprego e por aumento real de salários
7. Em defesa da Educação, Saúde e Segurança Pública
8. Pela Reforma Agrária e investimentos na Agricultura Familiar
9. Contra todas as formas de Terceirização e de cooperativas de mão-de-obra
10. Pela universalização do direito à Seguridade Social
11. Por um sistema previdenciário que garanta aposentadoria e um padrão de vida condigno a quem dele se beneficie;
12. Pela Aposentadoria Especial para o Ramo Químico
13. Pelo fortalecimento dos Movimentos Sociais (CMS)

14. Por uma nova Estrutura Sindical, com liberdade e autonomia sindical.
15. Contra qualquer tipo de Reforma que retire direitos da classe trabalhadora
16. Pela manutenção do veto à Emenda 3
17. Pela realização de uma campanha contra o Assédio Moral
18. Lutar pela implementação das OLT's
19. Atuar em defesa do Meio Ambiente
20. Realizar Campanhas Reivindicatórias articuladas nacionalmente com demais Ramos da CUT, visando a construção de Contratos Coletivos.
21. Ampliar o fortalecimento da ICEM através da filiação direta de Entidades CUTistas, levando em consideração a política de cotas existentes e deliberar que todas as políticas relacionadas à ICEM deverão ser discutidas somente nos fóruns deliberativos da CNQ/CUT
22. Participar de todas as Lutas/Campanhas/Jornadas convocadas pela CUT Nacional, assim como a Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e pela Valorização do Trabalho e contra a Retirada de Direitos.
23. Lutar pela implementação da 5ª turma para os trabalhadores diretos e terceirizados que trabalham em regime (offshore) - trabalhos marítimos e em plataformas.

Plano de lutas - Propostas por Secretarias

Coordenação Geral

- Propor a realização de Campanhas Salariais e Reivindicatórias nacionalmente Articuladas em todos os níveis.
- Articular a realização de campanhas nacionais contra a prática de horas extras, contra as terceirizações, o trabalho temporário, e em defesa do direito a organização nos locais de trabalho.
- Articular campanhas pela redução da jornada sem redução de salários.

Secretaria de Finanças e Administração

- Estabelecer uma estratégia de combate à inadimplência dos sindicatos do ramo junto à CUT e à CNQ.

Secretaria de Organização

- Coordenar as informações enviadas pela CNQ.
- Coordenar o fluxo de informações recebidas e distribuir para as diversas secretarias.
- Coordenar no âmbito da CNQ o debate sobre “modelo de organização sindical para o ramo químico”.

Secretaria de Relações Internacionais

- Criar um coletivo de relações internacionais na CNQ para debater as redes de trabalhadores;
- Buscar estabelecer intercâmbios com entidade sindicais internacionais ligadas ao ramo químico.
- Fortalecer a proposta da CUT para ratificar urgentemente a Convenção 158 da OIT sobre o fim da demissão imotivada.
- Socializar experiências e construir proposta de ampliação de Redes de Trabalhadores nas Multinacionais no âmbito Regional (Mercosul e América Latina) e Global, contribuindo na luta pela globalização de direitos através dos Acordos Marcos Globais.
- Construir propostas relacionadas à Formação Profissional nas multinacionais, exigindo o cumprimento da Declaração Tripartite para empresas multinacionais e a Política Social da OIT, exigindo o cumprimento das diretrizes da OCDE para empresas multinacionais.
- Implementar o Termo “Ação Frente às Multinacionais e o Movimento Sindical e a Responsabilidade Social Empresarial” (RSE).
- Fortalecer as relações com a ICEM, contribuir e participar das Campanhas

Mundiais da ICEM sobre: Terceirização, Equidade de Gênero e Juventude.

- Fortalecer a proposta de “Dialogo Social” da ICEM e a sua implementação nas Redes de Trabalhadores.
- Fortalecer a CNQ e ICEM, através da filiação direta das entidades sindicais CUTistas, sempre considerando a política de cotas existentes, sendo que todas as políticas relacionadas à ICEM deverá ser devidamente discutida somente nos fóruns deliberativos da CNQ/CUT.
- Fortalecer o debate e a ampliação das redes de trabalhadores.
- Buscar parcerias internacionais para financiamento de programas da CNQ.

Secretaria de Saúde e Meio Ambiente

- Ampliar a Campanha pelo Direito de Recusa ao Trabalho em Condições de Risco Grave e Iminente.
- Aprofundar o debate sobre biosegurança e transgênicos/ benzeno/ mercúrio/ amianto/criar GTs, e realizar seminários sobre esses temas macros.
- Orientar os sindicatos sobre a importância de participarem dos Centros de Referência do Trabalhador .
- Cobrar a efetiva implantação da RENAST, com a consolidação do CRSTs existentes.
- Manter e ampliar a luta pela extinção da subnotificação, denunciando e combatendo as práticas das empresas, dos SEMTS e das perícias médicas do INSS.
- Lutar pela ampliação das ações de regresso do INSS e pelo fim das altas programadas.
- Fortalecer e ampliar a luta pela manutenção do SAT (Seguro de Acidente de Trabalho) Público.
- Realizar atividades de formação e capacitação, através do programa de Formação em Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente.

Secretaria de Políticas Sociais

- **Questão Racial**

É evidente que o ato de discriminar está canalizado nas minorias que, embora numericamente não sejam de fato minorias, não têm suas necessidades e pensamentos expressados nos vários ramos de atuação da sociedade.

Essa rotina discriminatória deve ser percebida como violência quando se trata da questão racial, neste sentido devemos:

- a)** Lutar e combater todas as manifestações discriminatórias em relação aos negros, mulheres, idosos, homossexuais, portadores de doenças físicas e contagiosas (AIDS) ou qualquer outra forma de discriminação social.
- b)** Estimular a criação de publicações culturais e específicas nas questões de gênero e raça.
- c)** Estimular a criação no ramo de uma comissão sobre a questão racial, para que possamos implementar políticas e ações.
- d)** Realizar seminários e palestras com temas referentes à questão racial e ao combate às discriminações.
- e)** Acompanhar as atividades propostas pela CUT sobre a questão racial.

Propomos ainda:

- a) A constituição de um Coletivo Nacional de Combate à Discriminação Racial e que incentive a criação de coletivos nos sindicatos filiados.
- b) Que a CNQ/CUT busque mobilizar os sindicatos e organizações não governamentais que tratam do tema racial para retomar o debate sobre o estatuto racial.
- c) Que a Secretaria de Políticas Sociais desenvolva encontros temáticos, sobre anemia falciforme, cotas, educação e trabalho dos negros no Brasil e outros temas, com o objetivo de capacitar os dirigentes e militantes para o combate a discriminação racial.

- **Aposentados**

É importante que a CNQ e a CUT dêem mais importância aos companheiros aposentados e pensionistas.

Por isso devemos fortalecer as organizações de aposentados, seja local, estadual ou nacional.

A CNQ deve orientar as associações de aposentados dos sindicatos do ramo a fortalecerem e se filiarem ao Sindicato Nacional de Aposentados da CUT, como forma de melhor representar, e atuar politicamente, frente a todas as organizações de aposentados e pensionistas existentes no país.

A CNQ não deve medir esforços para apoiar e participar de todas as lutas chamadas pelo sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da CUT.

A CNQ deve lutar em defesa do salário mínimo e da correção das aposentadorias e pensões.

A CNQ deve debater sobre os temas: fundos de pensão e aposentadoria complementar.

A CNQ deve propor que a CUT junto com o Sindicato Nacional dos Aposentados organizem um Seminário Nacional para discutir políticas voltadas aos companheiros e companheiras aposentados e pensionistas.

- **Juventude**

Hoje temos poucas experiências de coletivos de juventude em sindicatos do nosso ramo, portanto neste momento urge a necessidade de intensificação desta proposta para que possamos oxigenar efetivamente o movimento sindical, reforçando assim a ação em prol da inclusão permanente e definitiva na agenda sindical do debate sobre os interesses específicos da juventude trabalhadora.

Neste sentido propomos:

- Que a CNQ fortaleça o coletivo de juventude do ramo, a fim de avançar na organização juvenil dentro dos sindicatos e para que os próprios jovens sejam fomentadores e articuladores desse processo.

- Que a CNQ estimule a formação de coletivos de juventude dentro dos

sindicatos, para que, através deles, todo tipo de debate e ações relacionadas à juventude sejam implementadas.

- Que a CNQ estruture um curso específico para a Juventude do Ramo Químico.
- Que a CNQ realize uma campanha de sindicalização específica para a juventude do ramo químico.

Para isso é necessário:

- Construir espaços para a juventude nos sindicatos, federações e na CNQ/CUT, como secretarias, comissões e coletivos de juventude;
- Realizar Encontros Nacionais, Estaduais, Regionais e Locais da Juventude Trabalhadora;
- Fortalecer a campanha nacional de sindicalização da CUT para juventude;
- Atuar nos espaços permanentes de políticas públicas de interesse dos jovens:
- Encaminhar o debate com os sindicatos quanto à necessidade de inclusão nas pautas das negociações coletivas das questões específicas do segmento juvenil de trabalhadores;
- Realizar trabalho permanente de formação sindical, com métodos, linguagem e abordagens específicas para a juventude;

Secretaria de Política Sindical

Realizar em conjunto com a Secretaria de Formação, seminários sobre as formas de organização no local de trabalho para ampliarmos a compreensão sobre o tipo de organização nos locais de trabalho que queremos (SUR, Comissões de Fábrica, etc.).

Montar um banco de dados dos sindicatos do ramo (cutistas ou não) para avançar rumo à hegemonia CUTista, e que reúna informações sobre as datas das eleições dos principais sindicatos do ramo, para que possamos nos organizar para avançar na hegemonia CUTista.

Organizar juntamente com as secretarias setoriais, regionais e formação, um

seminário para debater a unificação dos sindicatos do ramo, seja por segmento, em nível estadual ou nacional.

Secretaria de Formação Sindical

Desenvolver um amplo processo formativo sobre as mudanças da Estrutura Sindical, preparando a base sindical do ramo para os novos desafios, bem como também desenvolver um processo formativo sobre direitos trabalhistas e contrato coletivo.

Buscar formas de articular os programas de formação da CNQ com os programas dos Sindicatos do ramo.

Consolidar nacionalmente um programa de formação de dirigentes e militantes; de mulheres; juventude, com o objetivo de integrar os cursistas e fazer com que eles reflitam sobre a teoria aprendida no curso.

Que a Secretaria de Formação da CNQ/CUT propicie nos cursos do programa Formaquim a metodologia dos estudos dirigidos, atividades de pesquisas e mapeamento dos locais de trabalho.

Estimular também o debate sobre a criação de Coletivos de Formação nas secretarias regionais da CNQ

Secretaria de Imprensa

Pensar um projeto para os boletins da CNQ que busque massificar a logomarca da CNQ em materiais únicos para os sindicatos.

Criar link dos sindicatos locais na página da CNQ e orientar os sindicatos a colocar link para a página da CNQ.

Potencializar a página da CNQ como ferramenta de divulgação de matérias e informações para o ramo químico. Utilizar a página para divulgar por via eletrônica, periodicamente, o boletim da CNQ.

Secretarias Regionais

Fica como tarefa principal, a realização de plenárias regionais periódicas para aprofundar o debate sobre temas da agenda sindical.

As secretarias regionais devem também buscar formas de se integrar e de articular e acompanhar as campanhas salariais e reivindicatórias dos segmentos do ramo no seu âmbito de atuação.

Secretarias Setoriais

Fica como tarefa principal, a realização de plenárias periódicas para aprofundar o debate sobre temas da agenda sindical.

A secretaria deve também buscar se integrar as secretarias regionais, para articular as ações no seu âmbito de atuação e reunir informações para a construção do banco de dados para a CNQ.

Secretaria de Gênero

Com objetivo de ampliar a participação das mulheres nos sindicatos filiados e a fim de potencializar o trabalho e fortalecer a discussão sobre gênero nas categorias e na CNQ propomos:

- a) Fortalecer a Secretaria de Gênero através de uma política consistente de gênero, com planejamento estratégico para o ramo;
- b) Criação de um Coletivo de Gênero do ramo, para implementar a política de gênero nos diversos sindicatos do ramo, criando assim um vínculo entre os sindicatos e a CNQ;
- c) Implementar campanhas que fortaleçam as convenções da OIT sobre gênero e/ou mulheres com o objetivo de construir e fortalecer novas relações de Gênero;
- d) Estabelecer um plano de trabalho com as mulheres do ramo a fim de criar um vínculo mais orgânico entre as trabalhadoras, o Sindicato e a CNQ;
- e) Lutar para ampliar a representação de mulheres nos espaços de

representação das categorias com: CIPAS, comissões de fábricas, delegados Sindicais, SUR, direção sindical, e outros;

f) Lutar pela manutenção dos direitos conquistados tais como licença maternidade, creches e o auxílio creche;

g) Combater a reprodução das discriminações sociais de gênero e raça em todos os níveis;

h) Realizar seminários, encontros, etc., com temas referentes à questão da mulher trabalhadora e a situação da mulher no mercado de trabalho e na sociedade;

i) Fortalecer as comissões de mulheres existentes nos sindicatos do ramo, através de acompanhamento do trabalho de formação a fim de potencializar o trabalho desenvolvido, além de continuar lutando pela ampliação do número de Comissões de mulheres;

j) Iniciar a montagem de um banco de dados sobre a situação da mulher trabalhadora no ramo;

k) Fortalecer e apoiar o comitê de mulheres da ICEM.

l) Realizar uma ampla campanha por creches nos locais de trabalho.

m) Garantir infra-estrutura de creche nas atividades e eventos realizados pela CNQ e pelos sindicatos do ramo

n) Realizar uma ampla campanha de sindicalização de mulheres em nossos sindicatos, com divulgação através de materiais específicos. Essa campanha deverá ser coordenada pela Comissão ou Secretaria de Mulheres que também passaria a ter o cadastro das mulheres sindicalizadas para o envio de material e promoção de cursos e eventos.

o) Defesa intransigente da luta por igualdade de oportunidades entre homens e mulheres pela construção de novas relações de gênero. As reivindicações específicas das mulheres devem fazer parte permanente das pautas de reivindicações e das negociações coletivas.

p) Implementar campanhas que fortaleçam as convenções da OIT sobre gênero.

q) Incentivar e apoiar a participação de mulheres nos espaços de representação nas categorias do nosso ramo.

r) Desenvolver uma permanente busca de dados e informações sobre a situação da mulher trabalhadora no ramo, para potencializar e fortalecer ações.

s) Dar continuidade ao programa de formação **FORMAQUIMULHER** – Formação de dirigentes e militantes mulheres em relações de Gênero.

Para a valorização do trabalho da mulher, torna-se indispensável:

- Lutar pela redução da jornada de trabalho sem redução do salário e sem flexibilização;
- Continuar a luta pelo aumento contínuo do salário mínimo e contra as desigualdades salariais, com aplicação da Convenção 100 da OIT – que preconiza salário igual para trabalho de igual valor;
- Lutar contra o trabalho informal, contra a precarização e flexibilização do trabalho, bem como contra a retirada de direitos trabalhistas já conquistados;
- Lutar contra a dupla jornada de trabalho da mulher e para que o trabalho no âmbito doméstico e familiar seja compartilhado e de responsabilidade também do Estado através de políticas públicas;
- Lutar pela melhoria das condições de trabalho;
- Garantir a capacitação das mulheres para o mercado de trabalho;
- Desenvolver mecanismos que incentivem a contratação de mulheres pelas empresas;
- Promover relações de trabalho não discriminatórias, com equidade salarial e de acesso a cargos de direção;
- Combater a violência de gênero, racial e homofóbica no trabalho, como o assédio sexual e moral;
- Considerar as singularidades de gênero, de raça, de geração e de classe nas ações e políticas de inserção das mulheres no mercado de trabalho;
- Criar equipamentos públicos de qualidade que permitam a liberação das mulheres para o pleno exercício profissional;

- Defender a educação pública, gratuita, de qualidade social, unitária e incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual no processo educacional formal e informal;
- Combater a violência contra a mulher – violência doméstica, no trabalho e no movimento sindical.

TEXTOS DA ESQUERDA MARXISTA

CONJUNTURA

A crise e os trabalhadores

Em todo o mundo os trabalhadores se manifestam exigindo, declarando, gritando que “não vamos pagar por esta crise”. Infelizmente, em todo o mundo, o que está acontecendo é que os trabalhadores são justamente os que mais pagam pela crise.

Claro, alguns capitalistas perderam bilhões na crise, bancos e empresas perderam trilhões de dólares, no mundo inteiro mais de 30 trilhões em riqueza acumulada foi consumido na fogueira da crise. Mas é preciso entender como isto os atinge: alguém que tem 30 bilhões e perde 20 bilhões perdeu muito, muito mesmo. Mas ele continua com 10 bilhões. E o trabalhador que perdeu o seu emprego, como ele fará para comer quando acabar o seguro desemprego?

Esta é a realidade: os que ajudaram os bancos a falirem, os que ajudaram o mundo a quebrar, ganham polpudas comissões, de milhões de dólares, quando são demitidos. Aos trabalhadores é oferecida uma indenização, como no caso da Embraer, que não ultrapasse os 8.000 reais. Uma “pequena” diferença, da ordem de mil vezes, que faz com que o operário se encaminhe para a miséria e que o burguês ou o seu preposto, o gerente de plantão, continue sobrevivendo e muito bem.

Nos EUA, o país mais rico do mundo (produz algo em torno de 25% a 30% do que o mundo produz) milhares de pessoas são expulsas de suas casas e as favelas de barracos de lona, de hotéis baratos, de trailers, de carros, crescem em todo o país. Lá, estão demitindo a uma media superior a 600 mil trabalhadores por mês. O mesmo numero da Europa. Na China, aonde as estatísticas não são confiáveis (quando divulgadas) é possível que as demissões tenham chegado a casa de milhões e milhões. Os que terminam a universidade neste ano estão sem perspectiva de emprego. E frente à crise, o que propõe os governos, os partidos, os analistas de plantão, os economistas? Todos estão de acordo no central: “regulamentar o mercado financeiro”, salvar os bancos ou estatizá-los, retomar o crédito.

O grande problema é que a crise tem outra origem: o sistema capitalista produz

mais que o mercado capitalista pode absorver, pode comprar. A crise já se arrasta há algum tempo. A destruição da URSS e a destruição de milhões de empregos, a destruição de todo um sistema, as privatizações e a queda da expectativa de vida em mais de 20 anos no início dos anos 90 conseguiu um fôlego. O crescimento do crédito e junto com ele (como consequência necessária dele) dos derivativos que atingem um valor 10 a 12 vezes maior que a produção mundial (um verdadeiro capital fictício, não existente, mas contabilizado) permitiu que a crise fosse adiada mais uma vez no início do século XXI (ano 2000). Mas agora ela chegou para ficar e os trabalhadores sofrem no mundo inteiro. As previsões de perdas de emprego oscilam entre 30 milhões e 50 milhões este ano. Sim, nós não queremos pagar pela crise, mas já estamos pagando e caro por ela.

Os governos frente à crise

Quando a Embraer demitiu trabalhadores, Lula lamentou. Recebeu o sindicato, recebeu a CUT, mas nada fez que impedisse a manutenção das demissões. O governo Lula diz que é inconstitucional proibir uma empresa de demitir. O governo tem maioria no Congresso. Esta maioria já foi usada para, por exemplo, destruir a aposentadoria dos servidores, através de uma emenda constitucional. Então, porque ela não pode ser usada para garantir os direitos dos trabalhadores, a começar pelo seu emprego?

Lembremos que a cada minuto o patronato usa para quebrar os contratos e não respeitar o que foi acordado, como agora no 1º de abril (parece, mas não é mentira) a Peugeot demite trabalhadores um dia depois que foi anunciada a continuidade da redução do IPI para os automóveis com garantia de emprego para os trabalhadores.

E, no dia 1º de abril, veja o que afirmou José Múcio. Ministro das Relações Institucionais declarou:

"Nós lamentamos. Essa questão de achar que demissão gera economia é uma coisa superada. Isso volta, deixa de ter consumo, cai a arrecadação. Aí o efeito vai além da conta. Lamentamos e estamos trabalhando em outras frentes para que esses postos de trabalho sejam compensados", afirmou José Múcio.

Só que lamentos, tanto no caso da Embraer como no caso da Peugeot não vão devolver os empregos. É necessário compreender o que está acontecendo e agir para mudar.

O editorial do Jornal Luta de Classes (jornal da Esquerda Marxista) nº 05, de Setembro de 2007, sob o título **Lula, Mantega e o capitalismo num só país**, explicava: “Como previmos na Resolução Política da Conferência da Esquerda Marxista, em Abril, a crise norte-americana começou com a explosão da bolha imobiliária e já atinge todo o mundo. Que ninguém se engane.

As declarações de Lula e Mantega garantindo a “blindagem” do Brasil por causa da enorme disponibilidade de dólares em caixa são apenas bobagens e discurso para tentar acalmar o mercado. Não há “capitalismo em um só país”. O capitalismo é um sistema mundial único e os EUA, ao mesmo tempo em que concentram em si toda a força, integram também em si mesmo todas as contradições e perigos da bancarrota deste sistema social miserável.

Foi a época da incrível frase “A crise é do Bush”. O que além de demonstrar uma total incompreensão do que estava ocorrendo, mostrava um interessante - mas não muito digno - método de trabalho. Lula deveria dizer “companheiro Bush”, como falou diversas vezes durante seus encontros amigáveis enquanto o dinheiro internacional entrava em cascata no Brasil. E no mínimo ser solidário com o companheiro. Mas, já se sabe que solidariedade não é forte de Lula. Que o digam Zé Dirceu, Genoíno, Delúbio e outros. Na Assembléia Geral da ONU, segundo toda a imprensa, “Depois de ter acusado os países ricos de praticarem ‘populismo nacionalista’ e de ter dito que o sistema financeiro mundial investiu em uma ‘jogatina’ que resultou na atual turbulência econômica, Lula se despediu de Nova York e de sua temporada na Assembléia Geral da ONU, ‘decretando’ o fim da era neoliberal.” (BBC Brasil, 25/09/2008). A crítica ao dito “populismo nacionalista” (proteção de mercados nacionais) é de direita e de um adepto fanático do “livre mercado”, que nada mais é que latifúndio planetário sem porteiros para as multinacionais.

Para os especuladores Lula é Nota 10!

Mas, se tem razão sobre a “jogatina” do sistema financeiro mundial o espantoso é que aqui ele fez exatamente a mesma coisa o tempo todo. E

sustenta esta jogatina com os juros mais altos do mundo. No jornal Luta de Classes nº 9, abril/08, explicamos: “ ‘Foi apostando que o dólar ficaria barato contra o real que o maior investidor do mundo ficou ainda mais rico. O americano Warren Buffett passou os últimos seis anos comprando a moeda brasileira e anunciou, nesta sexta-feira (29), um lucro de R\$ 4 bilhões.’ (O Globo, 1/03/08). Seis anos de governo Lula em coalizão com os partidos capitalistas. ‘Os bancos estrangeiros lucraram R\$ 13,56 bilhões no Brasil em 2007 - uma alta de 160% sobre o ano anterior — em um momento que as matrizes vivem em estado de alerta por causa da recente crise financeira nos Estados Unidos, informa a Folha de SP, em 22/03/08. Ou seja, o comandante do cassino tupiniquim é o próprio governo.”

Quando a violência da crise começou a se espalhar pelo mundo, Lula já não podia defender sua estranha concepção de economia. Então, em outubro de 2008, Lula e seus brilhantes assessores descobriram que o tsunami que varria o planeta ia chegar ao Brasil só como uma “marolinha”. Mas como o seguro morreu de velho, anuncia uma injeção de mais de R\$160 bilhões nos bancos e nas multinacionais. O dobro do Orçamento Federal para Saúde e Educação.

Depois Lula decretou o fim da crise declarando que “no Brasil, ao contrário dos outros países, não haverá recessão”. Então o IBGE divulgou que “A indústria brasileira registrou queda de 18,2% na produção no período de quatro meses, a partir dos resultados de outubro de 2008 a janeiro deste ano”. (Agência Estado, 06/03/2009).

Milhões de demitidos com o apoio do governo.

Só em dezembro foram perdidos 654 mil empregos. E as demissões continuaram sem que qualquer patrão desse a menor bola para as “análises” fantasiosas do governo Lula ou para seus patéticos apelos a que o povo “continue comprando para não parar a economia”. Os capitalistas são bem realistas.

A Embraer demitiu sumariamente 4.200 operários e Lula declarou estar indignado. Depois recebeu a diretoria da empresa e disse “compreender” a atitude. E o mais escandaloso é que a Embraer privatizada está sob controle de vários Fundos de Pensão que o governo controla, entre eles a PREVI

(Banco do Brasil).

Lula também “compreendeu” que a Vale feche minas e demita 1.300 trabalhadores. A gestão da Vale está entregue ao Bradesco, mas o controle acionário da empresa está nas mãos dos fundos de pensão estatais, entre eles a Previ. Só a Previ detém 15% do capital total e 30% do capital votante da Vale. Na Embraer ela tem 13% do capital total. A Previ lucrou com a Vale R\$873 milhões em 2008. Com a Embraer lucrou R\$61 milhões no mesmo período.

A Dança do PIB

Então, Mantega e Lula começaram a espalhar que o PIB brasileiro ia crescer 4% em 2009. Agora em Março o IBGE divulga uma queda de 3,6% do PIB brasileiro em Dezembro de 2008. Começam todos a falar em PIB zero. Mas, o incrível Lula volta à carga e declara que não haverá recessão e que teremos PIB positivo em 2009. Seu conselheiro Delfin Neto (ex-ministro da Agricultura e depois do Planejamento durante a ditadura militar) sai a campo dizendo que “O Brasil vai crescer 1,5 ou 2%”. Mas a verdade é que uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria mostra que 54% das empresas já demitiram e 36% vão cortar mais. Ou seja, 90% das empresas do país! O banco Morgan Stanley previu, em 15/03/2009, que o PIB brasileiro em 2009 será negativo em 4,5%. Lula ironizou: “Esses bancos não acertam nem a situação deles”. E Lula, acerta?

Estatização entra no cardápio?

Lula disse, em 2003, aos trabalhadores da Cipla que não podia salvar os empregos porque “estatização não está no cardápio”. Agora, vamos ver o que diz Lula em discurso na abertura de um Seminário Internacional sobre Desenvolvimento realizado dia 05/03/2009 em Brasília:

“Será que os países ricos vão continuar apenas colocando dinheiro com o intuito de salvar os bancos ou será que algum país terá coragem de, sem medo da palavra, estatizar os bancos, recuperá-los e fazer voltar o crédito?”

Esta declaração mostra que Lula está começando a preparar a situação para uma eventual correção de rumo. Mas, quando fala em estatizar é para depois

devolver os bancos saneados aos capitalistas assim que a ressaca passar. Para Lula não se trata de uma ruptura com o capital, mas apenas de impedir que o edifício desmonte. É o que surge muito claramente de suas declarações sobre o que fazer na atual situação mundial. Este foi o centro de suas discussões com Obama em 14/03/2009, na Casa Branca.

Lula estava feliz porque EUA e Brasil acordaram de criar um grupo para apresentar uma proposta conjunta à reunião do G-20, em 02 de abril.

Tentando curar um monstro

Mas, é incrível que alguém possa pensar a sério que vai realmente elaborar em conjunto com o governo dos Estados Unidos uma proposta para a crise. Estas propostas serão apenas as atuais propostas do governo imperialista de Obama, de uma pretensa “regulação internacional do mercado financeiro” e “mais transparência”. Ora, isto é só outra tentativa de semear ilusões e vender fantasias. O mercado financeiro capitalista é uma fonte inata e crônica de crimes e de trapaças. É só assim que criminosos e agiotas podem sobreviver, pouco importa se eles são legalizados ou marginais. É impossível este mercado ser “transparente” por definição, pois os ganhos fabulosos deste mercado estão embutidos no controle de informações, na feitura de leis adequadas, na apropriação de recursos públicos, etc. Hoje no mundo este mercado de papéis que não correspondem à riqueza real monta a 600 trilhões de dólares, enquanto o PIB mundial não passa de 60 trilhões. Como regular sem desmontar esta montanha de ficção?

O que Lula deveria compreender se quisesse continuar fiel à sua própria classe é que não há saída no capitalismo. Para avançar socialmente é preciso libertar a sociedade do regime da propriedade privada dos meios de produção. É preciso romper a colaboração de classe com a burguesia, expulsar os capitalistas do governo, apoiar-se na mobilização popular e atender as mais sentidas reivindicações populares. É preciso barrar as demissões, fazer a reforma Agrária, estatizar os bancos, as multinacionais e grandes empresas, garantir Saúde e Educação pública para todos, revogar a Reforma da Previdência, re-estatizar todas as empresas e serviços privatizados. E só a

organização socialista da luta de classes do proletariado pode fazer isto.

É hora de explicar aos trabalhadores que o capitalismo traz a guerra e o sofrimento como a nuvem traz a tempestade. Contra a anarquia e caos, contra as crises permanentes do regime da propriedade privada dos grandes meios de produção, contra as conseqüências de uma economia baseada na busca do lucro, a saída é a conquista de um regime baseado na propriedade coletiva e socialista. Um regime socialista com uma economia planificada segundo as necessidades e o interesse do povo trabalhador e controlada democraticamente pelos trabalhadores.

A marcha em direção a barbárie

A juventude e a classe trabalhadora estarão confrontadas com a direção das suas organizações, que têm a obrigação e o dever de apresentar um caminho positivo de saída para a perigosa conjuntura atual. Na encruzilhada em que o planeta foi jogado pelo capital e suas crises cíclicas, mais do que nunca é preciso lembrar a célebre expressão de Rosa Luxemburgo de 1916: 'socialismo ou barbárie'.

Propor à classe trabalhadora brasileira, como fazem em nossos dias os mais destacados dirigentes patronais em nível nacional, que ela deve aceitar que seus salários sejam reduzidos em nome da crise, não é um indício veemente da barbárie?

A conferencia sindical da Esquerda Marxista, realizada no final de março/2009, explicava esta marcha rumo a barbárie:

Constatamos que por toda a parte os ataques aos trabalhadores através da redução de direitos, das demissões, do fechamento de fábricas e mais do que isso pela própria criminalização da luta de classe, que se materializa nas ameaças à vida aos companheiros Charles e Douglas promovidas pelo Coronel da Policia Militar de Santa Catarina, e nos repõem a retomada da campanha pela apuração e punição dos assassinos de Anderson presidente do SINDIFRIOS/RJ. É central que assumamos a defesa dos camaradas e das organizações dos trabalhadores, pois sabemos que as agressões aos sindicalistas são cada vez mais instrumentos de ataque a luta dos trabalhadores. Isto fica claro nas decisões do TST de impor aos sindicatos a

aceitação da estabilidade a apenas 7 diretores sindicais, o que é menos do que a própria CLT garante.

No meio de toda esta confusão da convulsão capitalista, em Julho de 2009 reúne-se em S.Paulo o melhor da classe trabalhadora brasileira do ramo químico na IV Plenária nacional da CNQ/CUT. Este é o palco em que os delegados/as devem eleger o socialismo como opção para a classe, superar confirmando categoricamente que o capitalismo foi incapaz de resolver os problemas da humanidade, e muito menos dos operários, das mulheres e dos jovens.

Lembremos: No mundo inteiro, as guerras e a fome tendem a se acirrar exatamente por causa da crise. Mas a crise também é a oportunidade para que a classe operária, defendendo-se dos ataques, passe a ofensiva em defesa dos seus direitos, de suas reivindicações, do socialismo.

A manifestação de 30 de março, quando o conjunto das centrais foi obrigado a se unificar em defesa do emprego, do direito mais elementar que tem o trabalhador, mostra que a unidade pode levar milhões a rua e permitirá que façamos uma defesa real do emprego.

Mobilizações como esta são sempre bem-vindas para os trabalhadores, mas é necessário que a direção nacional da CNQ tome em suas mãos a organização, do ramo para que de fato coloquemos milhões nas ruas em oposição aos planos patronais de mais exploração.

Colocando à frente os emblemas da estabilidade no emprego, contra a redução dos salários, pela redução da jornada de trabalho, ocupação das fábricas que demitam e reforma agrária, será possível juntar milhões, ir às portas de fábrica explicar aos nossos companheiros e companheiras que o socialismo será a saída da classe trabalhadora, ao contrário de continuar admitindo que bilhões de dólares sejam destinados no mundo inteiro para salvar o cassino da ciranda financeira.

De 20 a 22 de julho de 2009 acontece a IV Plenária Nacional estatutária da CNQ, onde será um momentos privilegiado para que os sindicatos cutistas do ramo Químicos possam refletir, com a base dos trabalhadores que está nas

fábricas, quais as origens da crise que assola o mundo capitalista e a saída para os trabalhadores.

Um dos nós a ser resolvido nessas jornadas diz respeito à independência política da CUT, que ao nosso ver encontra-se comprometida. Lula como chefe do governo federal, com origem no sindicalismo do ABC, fundador da CUT em agosto de 1983, não pode substituir o legítimo movimento sindical brasileiro e todas as reivindicações que encerra.

Governo é governo. CUT é CUT e a direção da cnq, tem que entender qual a reivindicação do ramo químico para exigir da central as suas bandeiras de lutas. Uma conquista que a classe trabalhadora não abrirá mão, pois os governos passam e os trabalhadores ficam, sempre precisando de emprego, salário, férias e décimo terceiro, até o dia em que tomarão posse das fábricas e das máquinas, dos meios de produção, para por si mesmos construir um novo destino, o socialismo.

Um programa para a luta dos trabalhadores

As demissões continuam a ocorrer, particularmente nas fábricas. E são feitas fechando fabricas ou demitindo centenas de uma vez, como foi feito na Embraer e na Peugeot. Isto realça a exigência da regulamentação da convenção 158 da OIT, que proíbe a demissão imotivada, pelo governo brasileiro e coloca no centro o exemplo da luta dos trabalhadores das fábricas ocupadas, em particular na defesa da fábrica ocupada Flaskô, que resiste duramente há seis anos. Toda a situação reforça nossa palavra de ordem “fábrica quebrada é fábrica ocupada e fábrica ocupada deve ser estatizada”. Por toda a parte sabemos que a defesa dos empregos e dos direitos é tarefa central na luta dos trabalhadores pelo socialismo.

PLANO DE LUTAS E AÇÕES

Nós da Esquerda Marxista reivindicamos o seguinte:

- Reestatização da Embraer, da Vale do Rio Doce e todas as empresas privatizadas;
- Estatização das Fábricas Ocupadas;
- Nenhum dinheiro público para empresas privadas;
- Contra as demissões, estatização das fábricas que ameaçarem demitir;

Campanhas:

Exigência de ratificação da convenção 158 da OIT, contra a demissão imotivada

Campanha em defesa da vida dos sindicalistas Charles e Douglas ameaçados de morte pela cúpula da Polícia Militar de Santa Catarina.

Contra a privatização da Amazônia e também em defesa do meio-ambiente.

A luta contra os pedágios deve ser assumida em cada estado onde já exista e impulsionada onde não existe.

Retomar a campanha nacional e internacional pelo esclarecimento e punição dos responsáveis pelo assassinato do presidente do SINTRAFRIOS, companheiro Anderson, do Rio de Janeiro.

Apoiar e impulsionar a campanha lançada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos pela reestatização da Embraer. E também a campanha pela reestatização da Vale do Rio Doce.

Empresas privadas não devem receber dinheiro público e que as que receberam devem ser estatizadas.

Apoiar a luta dos trabalhadores da fábrica ocupada Flaskô. Nossa palavra de ordem é "Fábrica quebrada é fábrica ocupada, e fábrica ocupada deve ser estatizada".

Apoiamos a campanha em defesa da Petrobras estatal, contra os leilões e pela volta do monopólio do petróleo pela Petrobras. Todos devem dar apoio à luta dos Petroleiros.